



# Anais da Assembleia

N.º 33

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 30 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, Secretariada pelos Senhores Deputados: Fiori Luiz e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setoguette, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (53). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Donato Gulin, Gernote Kirinus, Márcio Almeida, Osvaldo Alencar Furtado e Rubens Bueno. (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação as atas que acabam de serem lidas. Aprovadas.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere.

O SR. SÉRGIO SPADA - (Pela Ordem) Senhor

Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

22 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM 89/85

Curitiba, 19 de abril de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 16.º Termo Aditivo, datado de 25 de março de 1985 ao Convênio celebrado em 2 de outubro de 1975, entre o Ministério da Agricultura, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Agricultura e do Planejamento, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 90/85

Curitiba, 19 de abril de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 6.º Termo Aditivo datado de 15 de março de 1985 ao Convênio celebrado em 6 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos Serviços de Fiscalização do Comércio de Produtos Fitosanitários e do

Comércio de Matérias de Multiplicação Vegetal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 91/85

Curitiba, 19 de abril de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 17 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado das Finanças, a Empresa de Obras Públicas do Paraná, EMOPAR e os Municípios de Altônia, Bela Vista do Paraíso, Jesuítas, Lapa, Realeza, São João, Sertaneja, Tapejara, Terra Rica e Verê, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar as Agências de Rendas dos Municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 88/85

Curitiba, 19 de abril de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar normas legais pertinentes a isenção tributária e outras vantagens fiscais às microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM).

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos que me foi apresentada pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças, diz, com o devido detalhamento, sobre a oportunidade, necessidade e elevado significado de que é revestida a medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição formulada

merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 58/85

Art. 1.º - A microempresa é assegurada tratamento diferenciado, no campo tributário, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único - O tratamento favorecido dado nesta Lei não exclui outros benefícios previstos na legislação estadual.

Art. 2.º - Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e que sejam:

- I - empresas comerciais que vendam mercadorias, apenas em operações internas diretamente a consumidores finais; ou
- II - empresas industriais que vendam produtos acabados exclusivamente a consumidores finais.

§ 1.º - Para os efeitos previstos no "caput" deste artigo, tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro de cada ano, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

§ 2.º - Anualmente serão enquadradas no regime de que trata esta Lei as empresas que tiverem realizado, no ano anterior, receita bruta igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional vigentes no mês de janeiro, respeitada a proporcionalidade prevista no parágrafo seguinte.

§ 3.º - No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 4.º - A empresa que iniciar sua atividade mercantil na vigência desta Lei, poderá requerer, desde logo, o seu enquadramento como microempresa, desde que possua Registro Especial de Microempresa na Junta Comercial.

§ 5.º - Entende-se como receita bruta, para os fins do disposto neste artigo, os valores das compras de mercadorias, acrescidos da margem estimada de lucro, das demais receitas operacionais e não operacionais auferidas.

§ 6.º - A receita referida no parágrafo anterior poderá, pelo fisco, ser arbitrada com base no valor das despesas realizadas

pela empresa.

Art. 3.º - Ficam excluídas do regime desta Lei as empresas:

- I - constituídas sob a forma de sociedade por ações;
- II - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;
- III - que participe do capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;
- IV - cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento) do capital de outra empresa, desde que a somatória da receita bruta dessas empresas não ultrapasse o limite fixado no Art. 2.º;
- V - aquelas resultantes do desmembramento de uma única firma ou empresa em outras de porte menor ou da transmutação de filiais em empresas autônomas, exceto se a transformação ocorreu em data anterior a 1.º de janeiro de 1985;
- VI - que realize operações relativas a:
  - a) importação de produtos estrangeiros;
  - b) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
  - c) produção, exploração ou exportação de produtos primários;

Art. 4.º - A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

- I - do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, quanto às saídas de mercadorias e ao fornecimento de alimentação que realizarem;
- II - da taxa de prestação dos serviços de registro inicial da Junta Comercial.

Parágrafo Único - A isenção referida no inciso I deste artigo não se estende às saídas de mercadorias que fiquem sujeitas ao regime de substituição tributária.

Art. 5.º - A isenção referida no artigo anterior, não dispensa o cumprimento das seguintes obrigações tributárias acessórias:

- I - o cadastramento fiscal;
- II - a escrituração do livro Registro de Entradas;
- III - a emissão de notas fiscais, exceto para consumidor final residente no Estado, quando por este retirada a mercadoria, sem utilização de transporte de cargas;

- IV - a guarda, para exibição ao fisco, dos livros e documentos relativos aos atos negociais que praticar, inclusive documentos de despesas;
- V - o preenchimento e a entrega da Declaração Fisco Contábil Simplificada - DFC -, na forma e no prazo estabelecido em Norma Complementar.

Art. 6.º - O enquadramento e o desenquadramento como microempresa dar-se-á de ofício, ou mediante requerimento da interessada, na forma do disposto em Instrução da Secretaria das Finanças.

Art. 7.º - A microempresa cuja receita bruta ultrapassar o limite fixado no artigo 2.º ficará automaticamente desenquadrada do regime tributário previsto nesta Lei, a partir do segundo mês seguinte ao da ocorrência desse evento.

§ 1.º - O descumprimento das demais condições e requisitos, contidos nesta Lei, implicará, igualmente, em exclusão automática do regime jurídico aqui previsto, a partir do segundo mês seguinte ao da verificação do fato.

§ 2.º - Ocorrendo o desenquadramento como microempresa, fica assegurado, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria das Finanças, crédito fiscal presumido relativo ao estoque existente à data desse evento.

Art. 8.º - Para os fins previstos no § 5.º do artigo 2.º, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de lucro:

- I - ao comerciante varejista:
  - a) para as mercadorias relacionadas no inciso IV do artigo 13 da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972 os percentuais atribuídos pelo artigo 4.º - da referida Lei;
  - b) para as demais mercadorias - 30% - (trinta por cento);
- II - ao industrial - sobre o valor da matéria-prima com mão-de-obra - 30% (trinta por cento).

Art. 9.º - Além de sujeitar-se à penalidade específica prevista no art. 54 da Lei n.º 6.364/72, a empresa ou firma individual que mediante dolo, fraude, simulação ou falsidade na prestação de declarações, enquadrar-se como micro, ficará sujeita às seguintes consequências ou penalidades:

- I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa;
- II - pagamento, com os acréscimos legais, de todo o crédito tributário devido em consequência da desclassificação como micro;
- III - multa equivalente a 200% (duzentos por cento) do valor do imposto que deixou de ser pago.

§ 1.º- Aplicar-se-ão iguais penalidades e consequências à firma ou empresa que, visando manter-se ou enquadrar-se como microempresa deixe de registrar ou sonegue dados pertinentes à aquisição e/ou à entrada de mercadorias e as despesas realizadas.

§ 2.º- A empresa desenquadrada em consequência do disposto neste artigo, não poderá ser reequadrada como microempresa.

Art.10- Ficam cancelados os créditos tributários constituídos ou não, de contribuintes enquadrados como microempresa na forma desta Lei, pertinentes ao imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM, bem como dos lançamentos exigindo esse tributo, de contribuintes, da categoria de pequeno porte, nos termos do Decreto 4.801/82, cujos prazos de pagamento, em ambos os casos, tenham expirado até 31 de dezembro de 1984.

Art.11- O Artigo 4.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, parcialmente alterado face o artigo 6.º da Lei n.º 7.816, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4.º- Quando o comerciante ou industrial for responsável pelo tributo devido pelo varejista estabelecido no Paraná, a base de cálculo do ICM é:

I- O preço de venda a varejo, no caso de mercadoria que tenha preço de venda fixado por deliberação do fabricante ou o preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade competente;

II- na falta do preço a que se refere o inciso anterior o preço praticado pelo industrial nas operações com o comércio varejista, neste preço incluídos o valor do Imposto Sobre Produtos Industrializados, do frete e/ou frete até o estabelecimento varejista e das demais despesas debitadas ao destinatário, adicionando-se a esse montante, a parcela resultante da aplicação do percentual correspondente à mercadoria estabelecido no parágrafo único deste artigo.

III- o valor de partida do cálculo mencionado no inciso anterior será o preço praticado pelo distribuidor ou atacadista quando:

a) o industrial não realizar operações diretamente com o comércio varejista;

b) a substituição recair sobre operações com cimento, cerveja, chope, refrigerante e produtos correlatos;

c) o contribuinte substituto seja o estabelecimento distribuidor ou atacadista.

Parágrafo Único - São as seguintes mercadorias e respectivos percentuais que se refere o inciso II:

Cerveja, cnope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina ("post-mix") "pre-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela do IPI, conforme o acondicionamento:

a) litro	50%
b) garrafa, lata e outros inferiores a 1000 ml	60%
c) "post-mix", "pre-mix", barril e outros	100%
2. Cimento de qualquer tipo, cal e tijolos	20%
3. Sorvete e picolé	40%
4. Açúcar, de acordo com os tipos:	
a) refinado	10%
b) cristal	15%
c) outros	20%
5. Leite, conforme o tipo:	
a) longa vida	20%
b) B	15%
c) especial	10%
6. Laticínios	30%
7. Carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou congelados	15%
8. Ave abatida ou produtos comestíveis resultantes da matança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados.	15%
9. Peixe	30%
10. Alimento ou tempero industrializado, enlatado, envasado ou envolvido em papel celofane	30%
11. Café torrado ou moído	15%
12. Farinha de trigo	150%
13. Fubá	40%
14. Biscoito, pão industrializado e sanduíches de qualquer espécie.	40%
15. Bala, bombom, caramelo, pastilha, drope, chocolate, goma de mascar e guloseimas semelhantes	30%
16. Fruta e alho importados	40%
17. Suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta	40%
18. Bebida alcoólica (exceto cerveja e chope)	70%
19. Vinagre	40%
20. Inseticida doméstico	40%
21. Fósforo de segurança	30%
22. Água sanitária, detergente, produtos de limpeza e conservação doméstica	40%
23. Sabão, sabonete, pasta dental, creme de barbear, perfume, desodorante, talco, cosméticos, absorvente íntimo, produtos de toucador e de higiene pessoal	40%
24. Pente, escova dental, escova pa-	

ra cabelo, para roupa e para sapato	40%
25. Cera e vela	40%
26. Lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável	40%
27. Isqueiro	40%
28. Óculos, armação de óculos, lente para óculos e lente de contato	40%
29. Filme fotográfico e cinematográfico e "slide"	40%
30. Disco fonográfico, fita virgem ou gravada	40%
31. Pilha e bateria elétricas	40%
32. Cartão postal	40%
33. Caneta, carga de caneta, lápis, borracha, caderno, papel, papel carbono, papelão, pasta de papelão ou de plástico, bobina, envelope, fita celulose e baralho.	40%
34. Garrafa térmica	40%
35. Filtro de água potável e talha	40%
36. Fio de algodão, de lã, nylon, rayon, tecido, confecção, lençol, fronha, cobertor, manta, toalha, tapete, cortina, luva, meia, guarda-chuva e chapéu	40%
37. Bolsa, mala e pasta de couro ou de material sintético	40%
38. Ferro para construção civil	40%
39. Alumínio para esquadria	40%
40. Telha de amianto	40%
41. Chapa de forração	40%
42. Azulejo, louça sanitária e de cozinha	40%
43. Tinta e verniz	40%
44. Vidro, espelho e cristal	40%
45. Fechadura, cadeado, chave pronta ou semipronta	40%
46. Bomba hidráulica	40%
47. Lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada e interruptor.	40%
48. Brinquedo, artigo desportivo e recreativo	40%
49. Pneu, câmara de ar e bateria para veículos automotores.	40%
50. Ferramenta	40%
51. Fogos de artifícios	40%
52. Charuto, cigarrilha, fumo e artigos correlatos	40%
53. Eletrodomésticos em geral	40%
54. utensílios domésticos em geral	40%
55. Confecções em geral	40%
56. Jóias e bijouterias	100%

Art. 12- O inciso IV do artigo 13, da Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor com a seguinte redação.

"Art. 13- .....

IV- o comerciante atacadista, o industrial ou o produtor, inscrito como contribuinte na forma regulamentada em

Instrução da Secretaria das Finanças, na qualidade de substituto, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado, de cerveja, chope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina ("post-mix") "pre-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela o IPI, cimento de qualquer tipo, cal e tijolo, sorvetes e picolé, açúcar, leite, carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou congelados, ave abatida e produtos comestíveis resultantes da matança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, peixe, alimento ou tempero industrializado, enlatado, emvasado ou envolvido em papel celofane, café torrado ou moído, farinha de trigo, fubá, biscoito, pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie, goma de mascar e guloseimas semelhantes, fruta e alho importados, suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta, bebida alcoólica (exceto cerveja e chope), vinagre, inseticida doméstico, fósforo de segurança, água sanitária, detergente, produtos de limpeza e conservação doméstica, sabão, sabonete, pasta dental, creme de barbear, perfume, desodorante, talco, cosmético, absorvente íntimo, produtos de toucador e de higiene pessoal, cera e vela, escova dental, escova para cabelo, para roupa e para sapato, lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável, isqueiro, óculos, armação de óculos, lente para óculos e lente de contato, filme fotográfico e cinematográfico e "slide", disco fonográfico, fita virgem ou gravada, pilha e bateria elétricas, cartão postal, caneta, carga de caneta, lápis, borracha, caderno, papel, papel carbono, papelão, pasta de papelão ou de plástico, bobina, envelope, fita celulose e baralho, garrafa térmica, filtro de água potável e talha, fio de algodão, de lã, nylon, rayon, tecido, confecção, lençol, fronha, cobertor, manta, toalha, tapete, cortina, luva, meia, guarda-chuva e chapéu, bolsa, mala e pasta de couro ou de material sintético, ferro para construção civil, alumínio para esquadria, telha de amianto, chapa de forração, azulejo, louça sanitária e de cozinha, tinta e verniz, vidro, espelho e cristal, fechadura, cadeado, chave pronta ou semipronta, bomba hidráulica, lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada e interruptor, brinquedo, artigo desportivo e recreativo, pneu, câmara de ar e bateria para veículos automotores, ferramenta, fogos de artifícios, charuto,

cigarrilha, fumo e artigos correlatos, eletrodomésticos em geral, utensílios domésticos em geral, confecções em geral, jóias e bijouterias."

Art.13 - O parágrafo único do artigo 13, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigorar como § 1.º, ficando o referido artigo acrescido dos seguintes novos parágrafos:

"§ 2.º - A Secretaria das Finanças poderá excluir o destinatário da responsabilidade de que trata o inciso III deste artigo, atribuindo ao remetente a obrigação de pagar o débito da própria operação, nas seguintes hipóteses:

1. quando o destinatário estiver enquadrado na categoria de microempresa;
2. nos casos em que o destinatário seja sistematicamente inadimplente em relação as obrigações tributárias estabelecidas nesta Lei.

§ 3.º - No interesse da arrecadação e da administração, a Secretaria das Finanças, em relação a qualquer das mercadorias constantes do inciso IV deste artigo, pode determinar:

I- a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

II- a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao adquirente da mercadoria, em substituição ao alienante.

§ 4.º - A Secretaria das Finanças, nos casos previstos em convênio ou protocolo, pode atribuir a contribuinte localizado em outra Unidade da Federação, a condição de substituto tributário, impondo-lhe o encargo da retenção e do recolhimento do imposto relativo às operações subsequentes realizadas em território paranaense.

§ 5.º - O imposto retido pelo contribuinte substituto é calculado mediante a aplicação da alíquota vigente nas operações internas sobre o valor da base de cálculo encontrado na forma do artigo 4.º, deduzindo-se, do valor obtido, o imposto devido pela operação do próprio remetente".

Art.14 - Aplicam-se à microempresa as normas pertinentes à legislação estadual do ICM, exceto no que conflitarem as disposições desta Lei.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

O anteprojeto de lei, em anexo, visa implementar, a nível estadual, o conteúdo das Leis Complementares n.ºs 44, de 07 de dezembro de 1983, e 48, de 10 de dezembro de 1984, que, respectivamente, traçam normas gerais sobre o regime de substituição tributária e dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) para as operações realizadas

por microempresas.

Convém ressaltar, inicialmente, que apesar de a Lei Complementar n.º 44/83, que definiu as normas gerais relativas à substituição tributária, ter sido sancionada em 07 de dezembro de 1983, o Estado do Paraná só agora pretende, neste anteprojeto, ampliar o rol de mercadorias objeto desse regime jurídico.

Isto decorre do fato de a Lei Complementar n.º 48/84, que concede isenção do ICM às microempresas, ter excluído do favor as operações sob regime de substituição tributária. Todavia, esta exclusão só alcançará as mercadorias que até o dia 09 de junho de 1985, estejam efetivamente sujeitas a esse regime.

Embora a Secretaria de Finanças tivesse como diretriz inicial a convicção de que o regime jurídico em pauta devesse ser instituído de forma seletiva e gradual a partir da análise de cada caso, o prazo fixado na Lei Complementar torna necessária a implementação simultânea da medida com os benefícios que se propõe sejam concedidos à microempresa.

Diante disso, sob pena de, no futuro, ser a atual administração considerada responsável por uma possível perda de recursos em níveis insuportáveis para os cofres estaduais, o anteprojeto de lei busca estabelecer, sobre um elenco de mercadorias mais abrangentes que o atual, a possibilidade da cobrança dentro do regime jurídico previsto na Lei Complementar 44/83.

De outro lado, especificamente em relação aos benefícios a serem concedidos às microempresas, convém esclarecer alguns aspectos relevantes.

A Lei Complementar n.º 48/84, concede isenção do ICM para as microempresas, delegando à lei estadual sua regulamentação segundo as características econômicas locais, definindo quem deverá ser atingido pelo favor. Tal classificação, no entanto, tem por limite, a receita bruta anual dos beneficiários, que não poderá ultrapassar a 10.000 ORTNs e nem acarretar perda de receita superior a 5% do limite estimado para a arrecadação do imposto.

Convém salientar ainda, que a Lei Complementar estabelece o dia 09 de junho de 1985, como prazo fatal para que o Estado aprove sua legislação dispondo sobre a definição de microempresa. Caso contrário, incorre no risco de a partir desta data e até que a legislação local seja sancionada, ver prevalecer os parâmetros de 10.000 ORTNs sem qualquer limitação ao tipo de operação ou a qualificação do contribuinte.

Sobre o conteúdo do anteprojeto de lei é oportuno comentar alguns de seus

aspectos mais relevantes.

A definição de microempresa encontra-se no art. 2.º do anteprojeto e alcança empresas comerciais e industriais que vendam mercadorias e produtos acabados diretamente a consumidores finais, desde que sua receita anual seja igual ou inferior a 5.000 ORTNs.

Este conceito procura atender o limite estabelecido na Lei Complementar n.º 48/84, de que a perda de receita não deva ser superior a 5% da mesma. Em consequência disso, segundo estimativa da Secretaria de Finanças, serão enquadrados como microempresas aproximadamente 65.000 (sessenta e cinco mil) estabelecimentos de um universo de 101.000 (cento e um mil) contribuintes.

O anteprojeto procura, igualmente, evitar problemas de natureza fiscal e até mesmo os riscos de intermináveis pendências judiciais sobre direitos ao crédito do ICM por parte de comerciantes e de industriais que venham a adquirir mercadorias de microempresas, que nas etapas anteriores de circulação tenham sofrido tributação pelo ICM. Por isto, a definição proposta só abrange microempresas que vendam diretamente a consumidor.

Dentro desta definição foram também excluídos o produtor agropecuário e as empresas que exploram a atividade agropecuária, em função das características da estrutura produtiva do Estado e os enormes reflexos na arrecadação estadual que tal fato desencadearia.

Além da definição de microempresas, constam nos parágrafos do art. 2.º algumas regras em relação as quais devemos igualmente, nos deter.

O parágrafo 4.º, prevê à empresa que iniciar suas atividades a possibilidade de enquadramento na categoria de microempresa, bastando para isso, que possua Registro Especial de Microempresa na Junta Comercial.

O conceito de receita bruta, disposto no parágrafo 5.º, engloba todas as receitas auferidas pela empresa, haja vista que o objeto do favor é alcançar, apenas os estabelecimentos economicamente considerados micros e não aqueles que embora realizem uma receita de venda de valor inferior à 5.000 ORTN possuem outras fontes substanciais de receita.

De outro lado, dispõe o anteprojeto, tendo em vista a dispensa da emissão e do registro de notas fiscais de venda, que o valor da receita das vendas seja apurado mediante a fixação na lei de uma relação percentual aplicável sobre o valor das aquisições de mercadorias. Prevê, igualmente, o projeto que essa receita

possa ser arbitrada com base nas despesas realizadas pela empresa, quando em valor superior ao resultante da aplicação do percentual legalmente definido.

No artigo 3.º estão relacionadas algumas exclusões do regime de microempresa, a exemplo das constantes na lei federal, com algumas situações novas que atendem as peculiaridades do Estado.

Reproduz-se no art. 4.º do anteprojeto, a disposição da Lei Complementar n.º 48/84, que concede isenção do ICM às microempresas, permitindo, além disso, a isenção da taxa relativa aos serviços de registro inicial prestados pela Junta Comercial.

No parágrafo único do artigo 4.º reedita-se, igualmente, a disposição contida no parágrafo único do artigo 3.º, da Lei Complementar n.º 48/84, relativa a exclusão da isenção das mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

A dispensa do cumprimento de obrigações acessórias por parte das microempresas, está disposta no artigo 5.º do anteprojeto, onde se prevê a escrituração de apenas 1 livro, em substituição aos 7 atuais, e dispensam-se da apresentação ao fisco as guias e informações mensais.

A manutenção do livro de registro de entrada têm por escopo permitir que os benefícios alcancem, exclusivamente, os microempresários, vez que se prevê uma tendência a que outros setores da economia procurem beneficiar-se, indevidamente, com a isenção do ICM.

A exigência da emissão de notas fiscais fica restrita apenas aos casos em que, para a mercadoria ser entregue, haja necessidade da utilização de meio de transporte. Essa medida visa estabelecer garantias ao controle fiscal, pois, caso contrário, todas as mercadorias passariam a ser transportadas sem documentos fiscais como oriundas de microempresas.

A exigência da Declaração Fisco Contábil Simplificada, documento de preenchimento anual, visa permitir ao Estado proceder a correta fixação dos índices para participação dos municípios no Fundo do ICM.

Nos artigos 6.º e 7.º, o anteprojeto trata do enquadramento e desenquadramento do regime jurídico previsto nesta Lei, sendo os procedimentos detalhados posteriormente em Instrução da Secretaria de Finanças.

O artigo 8.º, dispõe sobre os percentuais de valor agregado a serem aplicados sobre as aquisições de mercadorias por parte das microempresas no intuito de estabelecer a sua receita de vendas, bem como permitir a identificação



dos valores adicionados para fins da participação dos municípios no ICM.

O art.9.º estabelece penalidades que, evidentemente, não se destinam às microempresas, mas sim a outros empresários que pretendem fazer-se passar por micros.

No artigo 10, são objeto de remissão todos os créditos tributários de microempresas oriundos de imposto declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM e os decorrentes da falta de pagamento por parte dos chamados contribuintes de pequeno porte.

Os arts. 11 a 13 tratam das alterações que, necessariamente, precisam ser introduzidas na Lei Orgânica do ICM, para a viabilização dos mecanismos de substituição tributária hoje existentes na Lei Estadual, mas que necessitam ser aperfeiçoados.

Com efeito, a Lei Orgânica do ICM, Lei 6.364, de 29 de dezembro de 1972, já autoriza a cobrança do ICM dentro desta sistemática, para produtos que tenham seus preços estipulados pelo fabricante ou sujeitos ao regime de controle de preços fixado pela autoridade federal competente.

Em relação às outras mercadorias que discrimina, a lei autoriza a Secretaria das Finanças, mediante Instrução, fixar os percentuais de valor adicionado que entender adequados a cada uma delas.

A modificação que se pretende introduzir através das alterações primeira e segunda, constantes dos arts. 11 e 12 do anteprojeto, amplia o rol de mercadorias atualmente existente na Lei, como incluídas nesse regime e estabelece os percentuais de lucro para cobrança do ICM.

A fixação do percentual diretamente no texto de Lei, se faz por mandamento do artigo 9.º do CTN, que dispõe ser matéria de reserva legal a fixação da base de cálculo do tributo, corrigindo-se, em consequência, a atual delegação de competência legislativa por incompatibilidade com o atual sistema constitucional tributário.

Na alteração terceira constante do art.13, do anteprojeto, exclui-se a possibilidade de eleger-se a microempresa como contribuinte substituto do produtor agropecuário que lhe vende mercadorias. À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 26/85, oriundo da Mensagem n.º 71/85.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação dos Projetos de Lei n.º 59/85 e de Resolução n.º 39/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná à Senhora RISOLETA TOLLENTINO NEVES e que denomina um próprio do Poder Legislativo de Presidente TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, respectivamente.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 56/85, que objetiva elevar para 170% (cento e setenta por cento) o índice percentual fixado no Art.15, da Lei n.º 8.069, de 28 de dezembro de 1984.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de publicação da Redação Final, ao Projeto de Lei n.º 177/84, de autoria do Deputado Tadeu França, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Casaldáglia.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja procedida a transformação do Projeto de Lei n.º 215/84, de sua autoria, em sugestão a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.



Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja incluído ao Projeto de Lei n.º 32/85 de autoria deste Parlamentar, os documentos em anexo, abaixo relacionados:

1. Ofício remetido ao Deputado Estadual ADHAIL SPRENGER PASSOS, pelo Senhor Orley Kantor, solicitando que fosse dada a denominação de Guilherme Kantor, à PR 151 ( Trecho que liga São Mateus do Sul- Palmeira - Via São João do Triunfo).

2. Coletânea de fotos e recortes de jornais acerca da vida pessoal e da família Kantor no Município de São Mateus do Sul.

3. Correspondências recebidas pelo Senhor Orley Kantor, enaltecendo o trabalho do Senhor Guilherme Kantor, das seguintes pessoas:

- . Padre Alexandre, de Paranaguá
- . Flávio do Amaral Wolff- de Curitiba
- . Henrique Piolli- de Porto União
- . Albino Gugelmim de Pontilhão, de São Mateus do Sul
- . Família Rachid
- . Arthur Cassiano Bastos Filho
- . DD. Vice-Governador e Secretário das Finanças- Doutor João Elísio Ferraz de Campos

4. Decreto Presidencial que concede a naturalização ao Senhor Guilherme Kantor.

5. Cópias de documentos pessoais à naturalização do Senhor Guilherme Kantor.

6. Contrato de compra e transferência de serviços, de transporte entre Guilherme Kantor e Jocelym Furtado Neves.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n.º 307/84, que estabelece a obrigatoriedade de criação de Creches em Repartições Públicas, da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e PMDB.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As Lideranças que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do dia 02 do corrente para que, neste dia, sejam realizados reuniões das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(aa) CAÍTO QUINTANA.

Líder do PMDB.

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

GILBERTO CARVALHO.

Líder do PFL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a formação de uma Comissão Especial, integrada por sete Deputados, propor medidas visando a extensão dos benefícios das Leis n.ºs 7.434 e 7.637 aos inativos da Polícia Militar do Estado que deixaram o efetivo antes de 1981, os quais estão sendo discriminados nos proventos em relação aos soldos dos em atividade.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(aa) ANTONIO BELINATI e  
EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. VICENTE BARBUR, ocorrido em Ponta Grossa a 26 do mês em curso.

Pertencente a família tradicional daquela cidade, o extinto era casado com a Senhora Maria Celeste Barbur, empresário dedicado ao ramo imobiliário, membro benemérito de entidades de cunho filantrópico do município, além de profissional capaz e pai de família exemplar.

O passamento prematuro de Vicente Barbur, veio abrir enorme lacuna no seio da família e à sociedade local, onde gozava do mais alto conceito junto aos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Francisco Ribas, 345 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de pesar

pelo falecimento do Senhor Newton Leopoldo Câmara, ocorrido em 28/04/85, no Município de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Doutor Newton Leopoldo Câmara, nascido em 1916, formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, ratificou-se em Londrina em 1939, desenvolvendo a medicina com elevado cunho social.

Foi Vereador em 1947, ex-presidente da Associação Médica de Londrina. Ultimamente residia em Natal, Rio Grande do Norte.

Reconhecido pela comunidade Londrinense não só pela sua dedicação a medicina voltada aos interesses populares, mas pela sua ação política comprometida com a democracia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora AURELIANA CRUZ ROCHA, ocorrido nesta Capital, dia 24 de abril fluente.

Outrossim, requer que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada, Rua Carlos de Carvalho, n.º

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A extinta, Senhora AURELIANA CRUZ ROCHA, (Dona Landa), que faleceu com 76 anos de idade, era viúva do Prof. LUIZ RONCAGLIO DA ROCHA, deixa os seguintes filhos: José Candido Rocha (falecido), casado com a Senhora JULIA OCHEKOSKI, Roberto Rocha, Casado com Dioclele Baracho Rocha, Ivete Rocha Krüger casado com Belmiro Krüger, Levi Rocha, casado com Iara Loyola Rocha, deixando 12 netos e 12 bisnetos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Agenor Garutti, ocorrido no dia 29 de abril, na cidade de Londrina.

Agenor Garutti foi um dos mais expressivos pioneiros de Londrina. Estava no Norte do Paraná desde 1940. Era sócio de Lauro Panissa Martins na Transportadora Rápido Paulista e em outras empresas.

Casado com a Senhora Maria Panissa Martins, deixa dois filhos.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento, em lamentável acidente aéreo, dos Senhores Oscar Reinold Geyer e seu filho Carlos Oscar Geyer, pai e irmão do ex-Prefeito de Bituruna, Paulo Roberto Geyer.

Os industriais falecidos, pessoas bastante queridas em seu vasto círculo de relacionamento social e comercial, deixam uma dolorosa lacuna chorada não apenas por seus familiares, como por aqueles que com eles tiveram a ventura de conviver e, por isso mesmo, associando-nos aos seus sentimentos nesta hora de luto e de pranto, solicitamos, outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência à família Geyer, à Rua Saldanha Marinho, 490, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CAPITÃO PINHEIRO ASSIS CORDEIRO, ocorrido no dia 21 de abril de 1985.

Requeiro, porém, que a decisão desta Casa seja comunicada a família enlutada, através do cunhado Delvio Expedito Navas de Abreu, residente na Av. Governador Roberto da Silveira 356, no Município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto era por demais querido tanto no 10.º Batalhão de Polícia Militar, onde exercia o cargo de Capitão, como também na cidade e região, pelos grandes trabalhos prestados à comunidade. Seu falecimento causou muita tristeza e dor aos familiares e amigos, que tiveram o privilégio de desfrutar da sua amizade ao longo de muitos anos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de

pesar pelo falecimento do Senhor Mário Aldenucci, ocorrido na cidade de Londrina, dia 27 de abril.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar, pelo passamento ocorrido domingo p.p., no Município de Jacarezinho - Pr. do Senhor ÉROS DE OLIVEIRA BENEDETTI.

O extinto era membro de tradicional família, foi Professor de Direito Constitucional e Direito Comercial da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, bem como Professor do Col. Est. Rui Barbosa, deixa como esposa Dona TEREZINHA BENEDETTI e três filhos.

Outrossim, requer ainda, após aprovação da presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Agenor Garutti, destacado empresário da cidade de Londrina.

O extinto era um dos pioneiros da cidade, casado com dona Maria Panissa Garutti, deixando os filhos Agenor Garutti Júnior e Adalmir Augusto Garutti.

Agenor Garutti, cristão, empresário de sucesso, teve sempre como objetivo na vida trabalhar, trabalhar, com honradez, sendo admirado por praticar em vida somente o bem aos seus semelhantes. Sua morte causou muita tristeza e dor aos familiares e vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio de desfrutar da sua convivência.

O mundo perdeu uma extraordinária criatura humana, um firme caráter, muito raro nos dias atuais.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à viúva e filhos, na Rua Professor João Cândido, 434, Apartamento 106, em Londrina.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção

na ata dos trabalhos da sessão Legislativa de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento dos industriais: Oscar Ricardo Gayer e Carlos Oscar Gayer, pai e filho, ocorrido no dia 26 último em trágico e lamentável acidente aéreo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada à rua Saldanha Marinho, n.º 490, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Os extintos eram membros de tradicional família de Bituruna, pessoas relacionadas nos meios sociais e industriais não só daquela cidade como de todo o Paraná e, ainda dos Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul onde mantinham seus interesses comerciais, deixando lacunas irreparáveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Cláudio de Almeida e Silva.

O extinto exerceu por vários anos o mandato de Vereador no Município de Londrina, tendo sido presidente daquela Casa de Leis, através de cuja função respondeu interinamente pelo cargo de Prefeito de Londrina.

Homem inteligente, cristão, humano, Cláudio de Almeida e Silva, bom esposo, bom pai, bom amigo, dedicou sua vida a praticar o bem, tendo sua morte, ocorrida no último dia 28 de abril causando muita tristeza e dor aos familiares e vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência.

Requeiro, outrossim, que a decisão desta Assembléia Legislativa seja comunicada à família enlutada, através da Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do Doutor Cláudio Almeida e Silva, ocorrido na cidade de Londrina no último dia 28 do mês de abril.

O extinto, nascido em 1918, em Minas Gerais, estava em Londrina desde 1952, tendo sido eleito Vereador por várias

legislaturas. Presidiu o Legislativo Municipal por 4 anos seguidos. Foi também Prefeito interino.

Doutor Claudio Almeida e Silva granjeou a simpatia, a amizade e o respeito de toda a população londrinense pelo seu trabalho no atendimento aos mais necessitados. Deixa viúva D. Adélvia e 4 filhos.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, um voto de congratulações pelo transcurso, amanhã, dia 1.º de maio, do Quinquagésimo terceiro aniversário da A.S.P.P. - Associação dos Servidores Públicos do Paraná, na pessoa de seu presidente Doutor Fausto Luiz Abry.

A A.S.P.P., que conta hoje com mais de 45.000 associados, na qualidade de legítima representante do funcionalismo público paranaense, em muito tem contribuído para a elevação das condições de vida daquela valorosa e indispensável classe. Envolvida que sempre esteve, não apenas em iniciativas de fundo assistencial ou previdenciário, a A.S.P.P., que sempre tem constituído, nos últimos anos, no verdadeiro porta-voz dos servidores estaduais, representando-os junto ao Governo do Estado ao apresentar, sempre com firmeza e dignidade os pontos de vista que consubstanciam os anseios de todos.

Nestas condições, nada mais justo do que a homenagem que se lhe quer prestar através do presente requerimento que, auguramos, sirva de estímulo para novas e mais altas realizações.

Aprovado o presente, REQUER, ainda, seja do mesmo dado ciência à Diretoria da entidade homenageada.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO pelo transcurso do aniversário do Município de RIO BOM, TRANSCORRIDO NO ÚLTIMO dia 28 de abril de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor MAURO PINTO DE ANDRADE, Digníssimo Prefeito Municipal; ao Senhor PEDRO PINTO DE ANDRADE, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de votos de congratulações e cumprimentos, expressos à pessoa do Senhor HENRIQUE DYNIEWICZ, Diretor do Jornal "Diário dos Campos", de Ponta Grossa, extensivo aos demais membros da Diretoria, pelo importante evento que marcou a passagem dos 78 anos de fundação daquele conceituado órgão de imprensa de nosso Estado.

Desta decisão, requer, seja dado conhecimento ao Senhor Diretor Henrique Dyniewicz e demais membros diretores, pelo seguinte endereço: Rua Santos Dumont, n. 747 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações pelo aniversário do "PARANÁ AQUI AGORA", da TV Iguaçu.

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Mesa, seja dado ciência, ao programa "PARANÁ AQUI AGORA".

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, REQUER voto de congratulações pelo aniversário de fundação do Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) NELSON BUFFARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Guaratuba, ao comemorar 214 anos de fundação, constituiu-se hoje num dos maiores centros balneários do Paraná, ao lado de suas potencialidade econômicas. Para abrigar o grande contingente de veranistas, não só do Paraná, como de países vizinhos, o Prefeito Acir Braga e o Presidente da Câmara Tristão da Silva Miranda, desenvolvem um trabalho administrativo da maior importância.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações pela passagem do 214.º aniversário de fundação da cidade de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Guaratuba é um ponto privilegiado do litoral paranaense, contando com mais de três quilômetros de praias, compreendido entre os morros de Brejatuba e Cajeiras, a tornam uma das melhores áreas litorâneas do Paraná. Sua beleza natural é comparada às grandes paisagens marítimas de todo o hemisfério Sul.

Além das suas características de produção voltada ao ramo de turismo, têm uma acentuada participação no ramo pesqueiro e agrícola, de nosso Estado. Sua forma arquitetônica, bicentenária, representam mais um grande acervo, os mais interessantes da evolução histórica do Paraná, e se não bastasse toda a sua representatividade histórica, ter-se-ia o lado sentimental, pois suas praias se prolongam no sentido do nascer e morrer do sol.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de regozijo e cumprimentos, manifestados à pessoa do Senhor Prefeito Municipal de Pirai do Sul, Marcelo Zanella Milleo, extensivo à comunidade local, pelo importante evento que marcou a 23.ª de abril do ano em curso, a passagem do 39.º Aniversário de instalação daquela comarca.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja aprovada por esta Casa uma moção de apoio aos vigilantes bancários, vigias e transportadores de valores, pela sua justa reivindicação em uma maior participação do produto de seu próprio trabalho, hoje consubstanciada na greve que aquelas categorias de assalariados deflagram, pacífica mas firmemente conscientes do real valor da contribuição que o seu trabalho traz à segurança e ao bem-estar.

#### Recebendo salários que variam de Cr\$

216.528 (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros) a Cr\$ 266.496 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e seis cruzeiros), parcela substancialmente menor do que o preço pelo qual os seus serviços são cobrados, pelas empresas contratantes e, vivendo, portanto em índices salariais ligeiramente acima do salário mínimo do País, que hoje já é um salário de fome, cumprem, diuturnamente árdua e mal reconhecida missão de zelar, com o risco da própria vida, por importâncias e bens de vultoso valor, voltando, ao final de seu serviço às favelas que margeiam Curitiba, e que são o único lugar onde pode morar alguém que perceba um salário tão baixo.

Por não ser este o tipo de justiça social que propugnamos para o povo brasileiro; por estar bem longe daquilo por que prometemos lutar quando assumimos o sagrado compromisso de representar o povo junto a esta Casa de Leis, contamos com o indispensável apoio desta Assembléia, solicitando, outrossim, que do presente seja dado conhecimento à Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado do Paraná, como digna representante das classes de trabalhadores envolvidas no episódio.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são concedidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, formulando apelo, para que através da pasta competente de sua administração, seja liberada uma verba especial à Santa Casa de Paranaíba, conforme solicitação anexa.

REQUER, ainda, que da decisão deste Plenário, seja feita a comunicação à entidade supra citada, na pessoa de seu Presidente, Senhor Roberto Ortega Moura.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, ALMIR PAZZIANOTO, sugerindo o imediato afastamento do General Adalberto Massa da Delegacia Regional do Trabalho do Paraná.

Entendemos que a implantação da Nova

República deve vir acompanhada também de novos administradores, com sensibilidade social e de extrema confiança popular. Neste caso, trata-se de uma pessoa nascida da ditadura e criada pelos atos arbitrários. O general Adalberto Massa não tem mais espaço neste novo regime que vigora no Brasil e sua atuação está sendo repudiada por todas as classes trabalhadoras. É necessário que o novo Governo providencie imediatamente as mudanças desejadas, pois dispomos de homens competentes e de confiança para substituir os que não merecem a credibilidade, o respeito e a confiança da nação.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Excelentíssimo Senhor Affonso Alves de Camargo Neto, DD. Ministro dos Transportes, parabenizando-o pelos estudos para a implantação do VALE-TRANSPORTE, sugerindo:

1 - Que o benefício seja estendido aos desempregados através da utilização de recursos do Fundo de Assistência aos Desempregados (FAD), cujos recursos representam dois terços de 20 por cento da arrecadação sindical no País, administrados pelo Ministério do Trabalho;

2 - Todo o custo do transporte acima de 6% do salário mínimo é do empregador, até o limite de 25%;

3 - Os 6% serão descontados do empregado em folha. O empregador completará o total e comprará da empresa de transportes o vale-transporte.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja realizado estudos visando a realização de concurso público para o Magistério de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série como também para os professores de 2.<sup>o</sup> grau ainda este ano.

Tal solicitação prende-se ao fato de que dada a evidente carência de preenchimento de quadro neste setor, professores celetistas em grande quantidade vêm ministrando aulas no 2.<sup>o</sup> grau e no 1.<sup>o</sup> grau e até mesmo porque a figura do professor estadual efetivo é uma proposta inserida no Programa do PMDB e

considerando-se ainda que de acordo com o próprio Estatuto do Magistério consta a realização de concursos públicos de 02 (dois) em 02 (dois) anos para preenchimento das vagas, importante salientar que o último concurso público foi realizado no ano de 1979.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando-lhe a liberação de recursos, em regime de urgência, no valor de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) através da Casa Civil, em favor do Hospital Regional do Vale do Ivaí, ora em grave crise que passa para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental da vastíssima região do norte do Paraná, em situação esta que já se reflete até mesmo na queda e na qualidade do nível de alimentação dos enfermos.

Sem dúvida alguma, esta entidade hospitalar está passando pela mais séria crise em toda a sua existência, dado o excesso de população enferma ali entendida e, por outro lado, e quase impossibilidade de recusa e internamento quando o enfermo pertence a infeliz espécie de deficiente mental.

Outrossim, REQUER que a decisão desta Casa se dê conhecimento à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, entidade responsável pela criação administrativa do Hospital Regional do Vale do Ivaí, sediado na cidade de Jandaia do Sul, como também a todos os Prefeitos Municipais pertencentes à Micro Região da AMUV.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Elisio Ferraz de Campos, DD. Secretário de Estado das Finanças, solicitando a instalação de uma Agência de Rendas, no Distrito de Iracema, Município de Fomosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas prerrogativas regimentais, respeitoamente, REQUER, após ouvido Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIS CORDONI JÚNIOR, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, solicitando providências urgentes para a instalação de mini-postos de saúde nos Distritos de São Luiz, Cristo Rei, Pinheiro e Faraday, todos no Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora encaminhada tem como suporte requerimento recebido da Câmara Municipal de Capanema, em atenção a um grande número de reivindicações da comunidade, como se pode observar pelo incluso abaixo-assinado.

Evidentemente, a saúde da população é fundamental, sendo também uma das metas prioritárias do Governo. Assim, entendemos justo e bastante viável que se instale um mini-posto em cada distrito e, estamos certos de que a Secretaria da Saúde se empenhará no atendimento deste pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Doutor Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a transformação do Posto do DETRAN, do Município de Santa Helena, em Circunscrição Regional do Trânsito, abrangendo em sua jurisdição, os Municípios de Missal e São José.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor OTTO BRACARENSE COSTA, Digníssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, no sentido de que o mesmo determine estudos urgentes para viabilizar o asfaltamento da Rodovia Mato Grosso, que interliga os municípios de Curitiba e Campo Largo, passando pelo populoso Distrito de Ferraria.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada Mato Grosso é conhecida como

a estrada velha, que interliga a capital a Ponta Grossa, passando pelo Município de Campo Largo. É uma estrada com intenso movimento de veículos, inclusive com linha regular de ônibus que atende aos inúmeros moradores dos loteamentos a sua margem, e que dela se utilizam para os seus locais de trabalho. Tendo em vista que o Município de Campo Largo pertence à Região Metropolitana de Curitiba e sendo que a conservação da mesma é realizada pelas Prefeituras das cidades interligadas e dada as dificuldades financeiras que as mesmas vêm enfrentando para a realização do asfalto, no trecho acima referido, necessário se faz que o governo Estadual, através da Secretaria do Planejamento, faça um estudo da viabilidade de se local recursos, para a realização da obra, que virá em benefício da população do Distrito de Ferraria.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Maurício Fruet, Prefeito desta Capital, para que se estude a viabilidade de se construir um busto do Presidente TANCREDO NEVES, na Rua Luiz Xavier, local do primeiro comício pelas eleições diretas.

Sala das Sessões, em 30/04/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

É mais uma forma de homenagem de Curitiba e do Paraná, àquele que dedicou toda a sua vida à atividade política, que jamais mediu esforços na luta pela democracia e que soube, como ninguém, conciliar toda a Nação brasileira em torno dos ideais de uma república verdadeiramente nova.

"Não sei avaliar quando o povo foi maior: se quando rompeu, as barreiras da repressão, e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, nisso vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade política exigiu que agíssemos dentro das regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las", palavras do grande homem público Tancredo Neves.

Nada mais junto, portanto, que como primeiro local da manifestação popular pelas eleições diretas, tenha também o símbolo do grande incetivador e articulador das mesmas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,



no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CORDONI JUNIOR, mui digno Secretário de Estado da Saúde, para que se digne a tomar as medidas que se fizerem necessárias a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ofício ao Presidente do Banco do Brasil, no sentido de transformar em Posto Avançado daquele Banco da cidade de Santa Helena-PR, em Agência Bancária, também requerendo o envio do teor deste à Câmara Municipal e ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A colonização da região Oeste do Paraná se caracterizou por dois surtos desenvolvimentistas distintos. O primeiro deles, quando chegaram há poucas décadas os primeiros migrantes colonizadores que desbravaram a mata e iniciaram um ciclo progressista fundamentado na exploração agrícola e que perdura até nossos dias. Em razão desse primeiro impulso, se criaram os povoados, antes, e as cidades, depois, que tiveram graus maiores ou menores de desenvolvimento.

O segundo surto teve seu início há, exatamente, 10 anos, quando começou a ser implementada a Usina Hidrelétrica de ITAIPÚ e que trouxe em sua caudal, além da valiosa mão-de-obra, um esforço do Governo Federal em dar condições dignas de sobrevivência às populações que se localizam às margens do lago. Foi nesse momento que as desigualdades entre os centros urbanos deixaram de existir com tanta diferença e todas as cidades passaram a ter um progresso visível.

No caso de Santa Helena, houve a participação do município nos dois ciclos, acentuadamente no segundo, quando foi implantada toda uma infra-estrutura urbana que objetivava o fortalecimento municipal, via boas condições de vida à sua população. Sabe-se que o oferecimento de equipamentos, que proporcionem facilidades e comodidades às pessoas, acabou por fazer do Município um pólo de atração aos adjacentes, passando a acontecer o fenômeno da ativação econômico-financeira que, além de trazer mais pessoas à sua

sede urbana, traz todo um processo evolutivo, em razão dos negócios ali operados. Pois foi exatamente isso, que aconteceu a Santa Helena, quando houve um acentuado acréscimo, tanto populacional, como na evolução dos negócios econômico-financeiros e ao qual vários Bancos dão a sua contribuição, só faltando a proporcionada pelo Banco do Brasil, pela plenitude de ação, desenvolvida por uma Agência Bancária, de vez que o Posto Avançado tem ação limitada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que sejam procedidos estudos para elevação da Comarca de Cascavel à Entrância Final, bem como para criação dos Distritos Judiciários de Juvinópolis e Lindoeste; de uma Vara de Execuções para atendimento da Região Oeste do Estado e de uma Vara de Menores isolada na Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

A elevação da Comarca de Cascavel à Entrância Final é um imperativo que decorre do crescente movimento forense, que já ultrapassou a média de 800 processos cíveis e 300 criminais.

A criação dos Distritos Judiciários de Juvinópolis e Lindoeste, de uma Vara de Execuções e de uma Vara de Menores isolada são providências indispensáveis para que a prestação jurisdicional no Estado seja ampliada. O Município de Cascavel é o centro de uma das mais importantes regiões do Estado a Oeste, onde se registra crescente densidade demográfica e sua situação geográfica torna o Município como uma das mais importantes regiões-pólos do Paraná.

A região Oeste, polarizada por Cascavel, compreende uma superfície de 22.943 km<sup>2</sup>, correspondendo a 11,6% do território paranaense, onde se localizam 20 importantes Municípios.

Quando foi elaborado o atual Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, a microrregião Oeste caracterizava-se por apresentar uma das mais altas taxas médias geométricas anuais

de crescimento da população do Estado, da ordem de 2,47% não se justificando, portanto, que o Município de Cascavel continue privado de novos órgãos incumbidos da administração da Justiça e

de seus serviços auxiliares.

E para justificar, também, a elevação da Comarca de Cascavel à Entrância Final, basta mencionar a renda tributária significativa do desenvolvimento econômico da região: no primeiro trimestre de 1984, a arrecadação, das diversas Delegacias de Rendas Internas foi de CR\$ 256.250.000.000, sendo as quatro principais, as seguintes:

Londrina	26.000.000.000
Cascavel	23.897.500.000
Maringá	21.250.000.000
Ponta Grossa	18.750.000.000

Cascavel é o segundo município em arrecadação, para o Tesouro do Estado do Paraná, no primeiro trimestre de 1984, fato que torna mais evidente a necessidade de sua elevação à Comarca de Entrância Final.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER sejam encaminhados ofícios ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ao Presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná visando, primeiro, a definição de qual órgão é responsável pela titulação daquela área e, segundo, que aquele que tiver as terras sob sua responsabilidade, promova a titulação das mesmas, também requer o envio do teor deste à Câmara Municipal e à Associação Comercial e Industrial de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A situação de crescimento populacional e de desenvolvimento econômico, encontradas em São Clemente, Distrito de Santa Helena, são as mais animadoras. Entretanto, uma das razões, talvez a mais forte que está a conter o progresso local é o da incerteza com a situação imobiliária existente no Distrito e que tem levado a grandes confusões quanto ao entendimento divisório das terras urbanas. Tal problema remonta às origens da colonização regional, quando da definição dos limites das áreas adquiridas e, sucessivamente, os negócios desenvolvidos que favoreceram a superposição de escrituras. Tais entraves têm gerado questionamentos jurídicos que deixam marcas negativas na comunidade local e que propiciam o temor de levar adiante negócios, cujo fim último é o enriquecimento do distrito. Passa a ser imprescindível a definição urgente da

titulação das terras urbanas no distrito, pelo órgão competente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Ilustríssimo Senhor José Carlos Campos Hidalgo, Diretor-Presidente do Conglomerado Banestado- Banco do Estado do Paraná, através do Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja instalada a Agência no Município de Guaraci- Paraná.

Justificativa: Tal pedido se faz necessário para que esta região possa contar com os préstimos do Banco do Estado do Paraná, dando atendimento aos nossos co-estaduanos daquela municipalidade.

Por estes motivos é que solicitamos a instalação dos escritórios, e temos certeza, que nosso requerimento contará com o apoio dos ilustres Pares que compõem esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Presidente do BANESTADO, solicitando que a condição de Agência Bancária, não seja revertida para Posto de Serviços no Distrito de Diamante do Oeste, em Matelândia, também requerendo o envio do teor deste, à Câmara Municipal de Matelândia.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Diamante do Oeste, no Município de Matelândia, alcançou tal grande desenvolvimento que, num certo momento, fez juz à instalação de uma Agência Bancária do BANESTADO, o que sabemos acontecer somente depois de analisadas a situação e a perspectiva econômica local. Se houve a aprovação do fato e sua efetiva instalação consequentemente as condições apuradas eram do melhor naipe. Pois bem, a partir daquele momento só houve melhoria na performance econômico-financeira da comunidade, justificando-se, sim a adoção de medidas que ajudem o seu crescimento, mas não que os restrinjam.

A adoção da medida restritiva proposta e que está em análise no Banco Estatal do Paraná, vem contra as posições de bom-senso e que visam proporcionar

condições de evolução no progresso das comunidades, especialmente Diamante do Oeste que é Distrito de Matelândia, mas, que sem dúvida alguma, tem condições de ascender à condição de Município, mercê de suas condições sócio-econômicas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e no interesse do Paraná, REQUER as seguintes informações ao Senhor Governador do Estado.

1) Quais os termos do Edital de Concorrência para a realização da primeira etapa das obras da usina hidrelétrica de Salto Segredo?

2) Que medidas o Governo do Paraná tomou ou tomará para facilitar o acesso das empresas construtoras do Estado nessa concorrência?

3) É intenção do Governo Estadual criar mecanismos legais que assegurem a contratação da obra com empreiteiros do Paraná, considerando:

a) a necessidade de proteger a economia local;

b) o forçoso ressarcimento aos paranaenses, mesmo que indireto, pela inundação de outra área considerável de terras do Estado;

c) o compromisso indelegável do Governo do Estado de oferecer respaldo político, legal e administrativo aos interesses maiores dos paranaenses.

4) Qual a origem dos recursos financeiros para a contratação da obra?

5) Quais os compromissos que a COPEL assumiu com a Eletrosul para administrar a execução da usina Salto Segredo?

6) Qual o motivo que fez Vossa Excelência alterar seu posicionamento político em relação a construção de Salto Segredo, considerando que antes de assumir a chefia do Poder Executivo, por várias vezes, houve críticas contundentes à execução de mais uma hidrelétrica em território do Paraná?

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Almir Pazzianotto, Digno Ministro do Trabalho, solicitando a revogação da portaria n.º 3062, de 13 de março de 1985.

Essa portaria, assinada no crepúsculo do Governo Figueiredo, objetivou favorecer, exclusivamente, a classe patronal, em total prejuízo aos

profissionais de processamento de dados.

Na verdade, o ex-Ministro Murilo Macedo, com essa absurda e desumana portaria, feriu frontalmente a liberdade sindical e o sagrado direito de organização de todos os trabalhadores. Aliás, só no Paraná, existem cerca de 6000 profissionais dessa área, e que ficaram profundamente frustrados com a assinatura de tão pernicioso documento.

Respirando o ar de liberdade de Nova República, os profissionais de processamento de dados aguardam a imediata revogação da Portaria 3.062, pelo Ministro Almir Pazzianotto.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, Marco Antonio Fiori, solicitando as seguintes informações:

1. Quantas viagens o magnífico Reitor fez ao exterior durante sua gestão;

2. Qual a duração de cada viagem;

3. Quais os objetivos das referidas viagens;

4. Quem arcou com as despesas de passagens;

5. Qual o montante das despesas de diárias, adiantamentos, ajuda de custo, representação e gratificação nos serviços e estudos prestados no exterior.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando providências urgentes para a instalação de uma Unidade Sanitária no Distrito de São Pedro do Florido, Município de Santo Antonio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido que estamos encaminhando nos foi formulado através da Câmara Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, atendendo a diversas reivindicações da comunidade. O Distrito de São Pedro do Florido conta

atualmente com uma população considerável, a maioria carente e enfrenta sérios problemas para tratamento de saúde, vez que a unidade mais próxima, a da sede do município, dista aproximadamente 20 quilômetros.

Sendo a saúde da comunidade uma das prioridades do Governo do Estado, estamos certos que a Secretaria envidará todos os esforços no sentido de atender a presente solicitação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que o mesmo determine urgentes providências para o asfaltamento da Estrada Mato Grosso, no trecho compreendido entre Curitiba e o Município de Campo Largo, passando pelo Distrito de Ferrara.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada Mato Grosso, é conhecida como a estrada Velha, que interliga nossa Capital, a Ponta Grossa, passando por Ferrara, Distrito de Campo Largo. Sendo uma área densamente povoada, inclusive com linha regular de ônibus para atender o intenso movimento dos habitantes que residem no local.

Necessário se faz, medidas das autoridades competentes, em especial do Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, para viabilizar o asfaltamento do trecho citado, visando atender aos anseios da população, que a muito aguardam providências nesse sentido, principalmente os residentes do distrito de Ferrara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, considerando a relevância do assunto abordado, REQUER a transcrição nos Anais desta Assembléia, do editorial sob o título "Decisão Paranaense Sobre Segredo" publicado na edição de 28 do corrente pelo jornal "Gazeta do Povo". A preocupação do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, é mais uma contribuição à defesa dos interesses do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 63/85

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o Cine-Clube de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Maringá sob n.º 45.056 do Livro A-2 em 20 de junho de 1984.

A documentação exigida pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, está anexada ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 64/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominado de Deputado DOMICIO SCARAMELLA a ponte a ser construída, ligando a cidade de União da Vitória à BR-476;

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a homenagem póstuma que pretendemos seja concedida ao eminente cidadão e homem pública que foi DOMICIO SCARAMELLA, a quem mantemos profundo respeito e admiração, embora jamais tenha sido afastado de nosso convívio, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade da região de União da Vitória.

Em 1946, DOMICIO SCARAMELLA, fundou e presidiu o Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.) de União da Vitória, ocupou no Diretório Regional do Paraná, no P.T.B., os cargos de Tesoureiro, Vice-Presidente e Presidente.

Vereador em União da Vitória, eleito pelo P.T.B., de 1946 a 1951, neste mandato exerceu a Presidência da Câmara Municipal;

Em 1954 a 1958 foi Deputado Estadual eleito pelo P.T.B., neste mandato ocupou os cargos de 2.º Secretário (1955/1956) e 4.º Secretário (1957/1958) da Assembléia Legislativa.

Reeleito Deputado no período de 1959 a

963, pelo mesmo partido P.T.B.

De 1970 a 1974 foi Deputado Estadual eleito pelo M.D.B., quando ocupou a 3.<sup>a</sup> Secretaria.

Em 1974 foi reeleito Deputado Estadual com 20.725 votos, tendo como principal base eleitoral a região de União da Vitória.

De 1972 a 1976, acumulou o cargo de Vice-Prefeito de União da Vitória, também eleito pelo M.D.B.

Presidente do Diretório Municipal do M.D.B., de União da Vitória.

No Diretório Regional do M.D.B., do Paraná, ocupou os cargos de Secretário Geral, Tesoureiro e Líder da Bancada da Assembléia Legislativa.

Membro da Associação Paranaense dos Municípios de 1952 a 1954;

Presidente da Associação Paranaense dos Municípios (1966), Secretário Geral da mesma Associação, (1967).

Presidente da Comissão paroquial da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória, durante 21 anos.

Fundador e Presidente do Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora da Aparecida de União da Vitória;

Presidente do Orfanato Imaculado Coração de Maria de União da Vitória;

Fundador e membro da Diretoria do Asilo São Vicente de Paula de União da Vitória.

Presidente da Associação Comercial e Industrial de União da Vitória, Presidente do Aéreo Clube da mesma cidade; Presidente do Avahy Sports Clube e Presidente do Conselho Diretor e do Conselho Deliberativo do Ferroviário Esporte Clube de União da Vitória.

Reeleito Deputado Estadual em 1978, pelo extinto MDB ocupando ainda nesta legislatura o cargo de 2.<sup>o</sup> Secretário, até seu desaparecimento em 14 de outubro de 1980, quando faleceu DOMICIO SCARAMELLA, Cidadão Honorário de União da Vitória, que jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus contemporâneos.

É esse campeoníssimo homem público, que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre, que pretendemos homenageá-lo com a modesta designação de seu nome a ponte que liga sua cidade à BR-476, pelo muito que fez por União da Vitória e por sua gente.

Outras virão, muito mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais esquecerão aquele defensor dos trabalhadores, protetor dos necessitados, administrador de atuação exemplar, político constantemente a serviço das boas causas.

O SR. PRESIDENTE (ANTÔNIO ANNIBELLI) – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Furiatti, no Pequeno Expediente.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, por ocasião do 214.<sup>o</sup> aniversário da Comarca de Guaratuba, estávamos presentes para, juntamente com o Sr. Prefeito e Senhores Vereadores e o povo daquela cidade, comprovarmos tal evento.

Guaratuba, não somente por ser um dos mais famosos balneários de nosso Estado, mas também pela sua característica de balneário que além de abrigar turistas brasileiros, tem algumas dezenas de casas de turistas estrangeiros.

Isto, para nós, reveste-se de uma importância muito grande, além de ser Guaratuba com suas terras antigüíssimas, ter um grande futuro no campo da agricultura.

Nós queremos, nesta oportunidade, apresentar um requerimento que versa sobre um voto de congratulações pelos 214 anos daquele município. E queremos fazer coro com toda esta Casa, eu tenho certeza que pleiteiam como eu e a muito venho pleiteando a elevação de Comarca, já que até hoje ela está subordinada a São José dos Pinhais.

Existe um trabalho deste Deputado e dos demais que fazem política naquele balneário, reivindicando este fato de tanta importância para seus moradores.

Nós temos a impressão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este ano ainda teremos o prazer de contemplar Guaratuba com a elevação de Comarca.

Nada mais justo, portanto, nós que obtivemos lá uma considerável soma de votos, defendermos com certa intransigência a elevação de Comarca de Guaratuba.

Era esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão de nossa presença nesta tribuna.

E aproveitando os minutos que nos restam, queremos mostrar nossa tristeza, nossa insatisfação por fatos que não comprovados ocorreram na Cidade de Paranaguá.

Denúncias de um determinado Vereador, que não conseguiu comprovar, está querendo denegrir a imagem dos Srs. Vereadores que, para mim, até prova em contrário, são homens públicos que merecem o meu respeito e a minha consideração.

Portanto, lamento profundamente uma campanha que vem sendo inserida por determinado Vereador, radical por excelência, acusa sem provas.

Portanto, Paranaguá, berço da civilização e da cultura de nosso Estado, minha cidade natal, não merece tal desiderato.

Eu, como filho daquela cidade, Vereador por 4 legislaturas, Deputado Estadual por 5 legislaturas, não posso admitir pacificamente; não posso admitir calado, que tais fatos sejam postos publicamente, agravando o nome de

políticos de consenso daquela cidade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Com a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governador José Richa ao que parece não se apercebeu de que o País vive os tempos de uma Nova República, que implica em nova filosofia de trabalho; em nova filosofia política; em novos métodos de condução administrativa.

A Nova República pressupõe, fundamentalmente, uma ampla consulta a todos os setores da sociedade brasileira.

No caso do Paraná, pressupõe, através da Assembléia Legislativa, uma participação da população do Estado na decisão governamental. O Governador José Richa utiliza-se hoje, de um decreto, para criar uma nova Secretaria na estrutura administrativa do Paraná. A Secretaria do Trabalho e dos Assuntos Comunitários.

Pergunta-se ao Sr. Governador José Richa, o que fazem os Srs. Deputados Estaduais com assento neste Poder?

Qual a sua participação na condução de um problema tão sério, de uma questão tão importante, sobretudo numa hora de tantas tensões sociais neste País e inclusive no Paraná, com as greves que estão eclodindo por todos os cantos, pois o Governador José Richa, realmente, ao que tudo indica, não entendeu que a Nova República deveria ter começado no último dia 15 de março e seguindo os mesmos exemplos do Presidente José Sarney, que já legislou por decreto nesta República Nova, o Sr. José Richa não deixa por menos e também legisla por decreto, usurpando do Poder Legislativo a sua competência. Nós esperávamos do Governador do Estado do Paraná, consideração maior com este Poder e respeito às propostas do Sr. Tancredo Neves, que foi pranteado inclusive por ele, Governador, e nós perguntamos de que adiantou o sacrifício da vida de Tancredo Neves, se os homens públicos deste País não aprenderam, não assimilaram, não absorveram os novos conceitos de uma República Nova neste País.

De nada adiantou o sacrifício de Tancredo Neves e está na hora do Sr. José Richa se reencontrar com os princípios da campanha eleitoral dele e do Sr. Tancredo Neves, recentemente, porque se Tancredo morreu, é verdade, as suas idéias e os seus exemplos não hão de morrer e nós todos estaremos aqui permanentemente a postos para fazer lembrar a Nação dos princípios, das idéias, dos exemplos de Tancredo Neves.

Lamento, portanto, que Richa, na Nova República, governe como na República Velha, repetindo os mesmos exemplos que dera antes, criando a Secretaria de Assuntos Comunitários e criando a Secretaria de Comunicação Social, sem ouvir a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sem ouvir o nosso povo, conseqüentemente, agindo arbitrariamente como nos tempos da excepcionalidade em

nosso País.

De pêsames a Nova República, pelo mau exemplo do Governador.

Certamente, amanhã, o Governador Richa, emitirá uma nota oficial, louvando os trabalhadores brasileiros, que o Governador preste já a sua homenagem aos nossos trabalhadores determinando o pagamento dos professores do Estado, que dando aulas extraordinárias, não recebem o que têm direito desde fevereiro deste ano, é o terceiro mês deste ano letivo e o Governo do Estado não pagou as aulas extraordinárias dos professores de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries e dos professores da 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries.

No primeiro caso, essas aulas extraordinárias equivalem a cem por cento praticamente dos salários dos professores e quando forem receber, receberão o dinheiro corroído pelos efeitos inflacionários e provavelmente receberão os atrasados de uma única vez, com maior incidência do imposto sobre a renda.

Pergunta-se ao Governador Richa: onde está a justiça social do seu Governo?

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Das favelas da cidade, onde não moram os altos funcionários da República Nova, como também não moravam os da velha, saem todas as manhãs os vigilantes bancários e os guardas das empresas de vigilância em geral.

Eram eles que cuidavam até bem pouco tempo da segurança das agências do Banco Sulbrasileiro, vigiam casas nos bairros mais ricos da cidade, e são encontráveis em quase todas as repartições públicas, sem, contudo, serem funcionários públicos.

Esta gente seria que vigia bancos, repartições públicas, revestidas de granito, e dá segurança em intermináveis caminhadas noturnas nos bairros abastados, mora, paradoxalmente, na periferia favelada da cidade.

E por que mora?

Porque, se trabalha, e o Estado, os bancos e os particulares investem somas enormes para que trabalhem, vigiem, estejam atentos enquanto todos dormem ou cuidam de seus afazeres. Porque eles vivem em estado de semi-escravidão, explorados pelas famosas empresas prestadoras de serviço; empresas que não são mais que agências de emprego, que impõem aos desempregados desesperados a servidão perpétua. Vendem para outras empresas, Estado ou pessoas físicas, o trabalho de cidadãos por um preço e retêm parcela enorme deste valor, enquanto aquele que trabalha, recebe as pequenas parcelas que lhe impõem, entre outras coisas, a vida favelada.

Hoje, estes trabalhadores estão em estado de greve, e pretendem ampliar sua participação no produto de seu próprio trabalho.

Acompanhamos com atenção o comportamento da polícia democrática do Governo do PMDB no Paraná.

Mário Gamero está solto, como de resto, todos os responsáveis pelos grandes escândalos financeiros deste País. No entanto, a polícia do Paraná respeita os nossos irmãos que labutam para melhorar as condições da verdadeira escravidão a que são submetidos.

Garante a polícia do Paraná o protesto justo e legítimo dos vigilantes.

Acredito que o apoio que eu próprio e o Deputado Nestor Baptista levamos a nossos concidadãos vigilantes, na impressionante assembléia geral de sábado pela manhã, no auditório da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe, traduza a disposição democrática de todos os Deputados desta Assembléia.

Por isso, estamos propondo, e encaminhamos à Mesa uma moção de solidariedade aos vigilantes e vigias do Estado do Paraná, que não querem mais do que aumentar a participação no produto do seu trabalho; participação que, em qualquer Estado democrático e decente, seria integral.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Hoje à noite, o Presidente José Sarney vai usar de um dirieto que lhe confere o Poder de Presidente da República e falará, através de uma cadeia nacional de Rádio e Televisão, para fazer uma demagogia com o famigerado trabalhador brasileiro.

Sua Excelência vai anunciar o novo salário-mínimo a vigorar a partir de amanhã e que deverá ficar na faixa de 350 mil cruzeiros; salário-mínimo que é o único meio de vida de muitos milhões de brasileiros.

Acredito que o Sr. José Sarney gasta de gasolina no seu automóvel, muito mais de que isso por mês. Mas, mesmo sabendo que o salário é pouco, o Presidente da República, que tem o dom da oratória porque pertence à Academia Brasileira de Letras, ele vai tentar ganhar alguns pontos no seu IBOP, falando para o trabalhador brasileiro; pobre trabalhador brasileiro.

E o mesmo Governo da República, que dá um salário inferior a 400 mil cruzeiros para o trabalhador, para o operário sustentar a sua família, está realizando estudos, para dar de ajuda para cada Ministro, não o salário, mas uma ajuda para cada Ministro, de 9 a 10 milhões de cruzeiros por mês, para que o Ministro da Nova República pague os banquetes nas grandes mansões à beira do lago, em Brasília.

Observem, Srs. Deputados, não é o salário do Ministro; o Governo austero da Nova República, que dá um salário de 350 mil cruzeiros para o trabalhador, ele vai dar de ajuda para o Ministro, de 9 a 10 milhões para custear as

grandes festas do Governo da Nova República. A nossa tristeza de saber que, mais uma vez, o trabalhador que, em outros anos, comemorava quando se anunciava o novo salário-mínimo, este trabalhador, certamente, no dia de hoje, estará mais entristecido com o nervo à flor da pele, sem vontade quem sabe, de comemorar amanhã, a data magna, a data universal, do Dia do Trabalho.

A nossa crítica, porque o DIESE pedia ao Presidente Sarney um salário de 886 mil cruzeiros, que é quanto o trabalhador precisa para uma vida modesta com a sua família. Mas, infelizmente, nesta noite, falará mais alto a demagogia e o trabalhador estará diante da televisão ou diante do rádio, para ouvir da boca do Presidente da República, esta triste notícia que não será concedida, nem cinquenta, nem a metade, daquele salário que foi proposto pelo DIESE como um salário base para as necessidades do nosso trabalhador. A nossa crítica, Sr. Presidente Antônio Annibelli, a este Governo que está começando e está começando muito mal, diante de milhões de trabalhadores que estão realmente levando uma vida de carístia, uma vida de sacrifício, uma vida de grandes dificuldades.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Ainda no

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Ainda que amplamente noticiado no final da última semana, pela imprensa de nosso Estado, nós queríamos que esta Casa fizesse presença e como legítimos representantes do povo e das aspirações deste Estado, nós queríamos deixar marcada, aqui, a nossa tristeza e nosso protesto pelas atitudes tomadas há pouco mais de 30 dias, pelo Governo do Estado, através do BADEP, através do BRDE, concedendo às 5 cooperativas de nosso Estado, dinheiro nosso, porque subsidiado que é, este dinheiro sairá do povo deste Estado estes financiamentos para a construção de 5 usinas de fiação e tecelagem de algodão, neste Estado.

Esse conceder deste subsídio, nós estamos, até de pleno acordo, o que não concordamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que existe uma cláusula em que pede para que essas usinas sejam construídas nas sedes das cooperativas, muitas vezes estas sedes das cooperativas sem ter as características próprias de produtores de algodão ou de maior participação de produção dentro dessa cooperativa, em termos de algodão. É o caso da cooperativa, da COPAGRO, que tem a sede em Toledo, e que, tendo 3 usinas na nossa região, mais precisamente em Umuarama, Alto Piquiri, em Cruzeiro do Oeste, e vendendo toda a sua produção, atualmente para a CFP destas 3 cidades, irá, ou terá de construir esta usina de fiação em Toledo, e irá fazer com que, tantas outras vezes reclamada pela população e pelos Deputados, se faça o passeio do algodão, também nesta oportunidade, com o aval do Governo do Estado do Paraná. Ainda o Governo que, antes, tanto criticava o passeio do



trigo, que critica o passeio do álcool, e o passeio de outros tantos produtos, que, ao invés de ser beneficiado na própria origem para dar maior mão-de-obra, para dar maior ICM, para dar maior incentivo à sua população e aos seus agricultores em geral, terá que fazê-lo levando para bastante longe e diminuindo em grande parte a capacidade que teriam cidades do porte de Umuarama, ou quer seja Alto Piquiri, ou quer seja Cruzeiro do Oeste para ser sede desta construção das usinas de fiação e tecelagem do algodão.

Nós sabemos que Toledo, apesar do arrazoado da Cooperativa, produzia uma quantidade pequena de algodão, pois, inclusive, pelo próprio IAPAR situada que está, aquela região, abaixo do paralelo 24, não seria recomendável a produção e o plantio do algodão. Mas, nós vemos que, infelizmente, as reclamações que nos fazem todos os sindicatos rurais de Umuarama, de Alto Piquiri, e principalmente de Umuarama, através de seu Presidente Renato Fontana, nós queremos que fique aqui, consignado, como dissemos no início da nossa exposição, para que os Anais desta Casa, mais uma vez, seja para o futuro lembrado e seja aqui, não apenas esquecido ou levado em jornais, mas que, quando solicitado for, quando necessário for e quando pedido for, qualquer destas aspirações, que não transformadas em realidade, pelo povo paranaense, haja uma Casa, como esta Assembléia que teve Deputados e que teve pessoas interessados neste problema que consideramos bastante graves, denunciados no devido e no momento oportuno, como é o caso de hoje.

Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, por 30 minutos, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ocupo hoje a Tribuna desta Assembléia Legislativa para registrar uma conquista do Governo de nosso Estado, faço-o com a mais absoluta convicção de que, com isso, o Poder Legislativo reconhece e aplaude o esforço que vem sendo feito desde a sua instalação já dois anos.

É preciso ressaltar que, a despeito desse esforço, ainda falta muito a atingir, pois o Paraná não ficou alheio ao quadro de dificuldades vividas pelo País, o que o tornou vulnerável às consequências de toda ordem do recente momento político.

Desde seu primeiro dia, o novo Governo do Paraná se lançou à busca de soluções para os problemas mais emergentes. Para se chegar até aqui, foi preciso muito trabalho e grande dose de imaginação, aliada à competência com que se encarou o gerenciamento dos interesses do Estado. A partir daqui, não se pode falar em crescimento e em resultados positivos sem mencionar um dos fios condutores dessas conquistas: a Secretaria das Finanças, que tem à frente, desde meados do ano passado, o Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos. Pelo desempenho notável que vem conseguindo no campo econômico, através de uma nova filosofia de trabalho, implantada com o objetivo de fortalecer o Paraná, a Secretaria das Finanças é, sem dúvida alguma, uma das pastas que mais tem emprestado dinamismo ao Governo José Richa, hoje reconhecido nacionalmente.

Não é preciso ir muito longe para se constatar a realidade de tais afirmações. Basta lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os primeiros três meses do ano. Eles apontam uma evolução significativa nas taxas de I.C.M.

Foi a partir da filosofia adotada pelo Secretário João Elísio, de aumentar a arrecadação sem cobrar um centavo a mais de ninguém, mas também sem abrir mão de um centavo do que o Governo tem direito, que os indicadores começaram a apontar para uma direção a partir daí sempre crescente. Com um crescimento de 8,8 por cento no ano passado. Arrecadação de I.C.M. no Paraná reverteu a tendência de queda em relação à inflação que vinha acontecendo a partir de 1981.

Um breve balanço dos três primeiros meses de 85 mostra que essa tendência positiva continua. A reestruturação da Receita Estadual, aliada à contribuição do setor agrícola, principalmente a comercialização do café e a recuperação industrial, foi uma das responsáveis pela taxa real de oito por cento no crescimento do I.C.M., comparado a igual período de 1984. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias atingiu a uma cifra superior a 550 bilhões de cruzeiros. Como reflexo desse comportamento, os municípios paranaenses receberam, entre janeiro e março deste ano, 137 bilhões de cruzeiros a título de repasse da parcela municipal do imposto. Esse valor registra um crescimento nominal de 255,9 por cento sobre as parcelas distribuídas aos municípios no mesmo período do ano passado.

A vitalidade da receita do I.C.M. no Paraná está amparada num suporte criativo mas, realista. A adoção de uma política fiscal voltada para a orientação do contribuinte, de forma que compreenda que o Governo não pode abrir mão daquilo que lhe é devido, teve resultados positivos na performance do I.C.M. Esses resultados, traduzidos em benefícios para a comunidade, são o sinal da recuperação financeira do Estado. Trabalho que inclui, além das ações normais de fiscalização, operações específicas, cuja finalidade é detectar irregularidades no manuseio de produtos como o desvio do trigo de panificadoras para madeiras, com prejuízo ao Estado. Outros produtos estiveram na mira da Secretaria das Finanças, que conseguiu conter a evasão de divisas e crescer o bolo da receita, entendendo que, para arrecadar com justiça é preciso combater a sonegação, e que não se acaba com esta sem se atacar a corrupção, a SEFI, com discrição e firmeza, desencadeou uma série de ações para melhorar a eficiência da Receita Estadual. Os resultados foram imediatos. Só em 1984 foram aplicados trinta mil autos de infração a empresas sonegadoras. Três vezes mais do que no ano anterior. E a energia com que se procurou combater a corrupção, apurando todas as denúncias resultou em punições aos funcionários envolvidos, desde advertências até demissões. Além disso, foram efetuadas prisões administrativas e, pela primeira vez, o sequestro de bens de terceiros.

Estes dados nos permitem uma avaliação segura de que o trabalho desenvolvido pela Secretaria das Finanças

inseriu o Paraná entre os Estados que superaram suas próprias dificuldades, resultado da aguda crise econômica, e desfrutaram hoje de posição destacada perante os demais. Mas como se chegou a essa posição privilegiada? Simples: A Secretaria das Finanças tem procurado, prioritariamente, atender e orientar às prefeituras municipais. Sabe que o fortalecimento dessas é fator essencial para o Desenvolvimento do Estado. Não é preciso muito esforço de raciocínio para se entender essa filosofia. Todos sabem que os Municípios e o Estado dependem da arrecadação de tributos para levar avante seus projetos e programas. Assim, o Plano Econômico da Secretaria das Finanças partiu em busca de alternativas para aumentar a receita de I.C.M. Entre essas alternativas está, além do permanente diálogo com prefeitos, a implantação do Projeto Galha Azul, em 3 Municípios: Goioerê, Medianeira e Umuarama. A Experiência permite o Auto-Desenvolvimento econômico, financeiro e tributário dos municípios paranaenses, mobilizando e motivando a população para a participação comunitária.

Mas não tem sido apenas essa a preocupação do Secretário João Elísio Ferraz de Campos. Medidas imediatistas, como a isenção de ICM para batata, cebola e banana, obtiveram ampla repercussão social, beneficiando produtores e consumidores. A ampliação de noventa dias de prazo para comercialização do algodão em pluma destinado ao Mercado Externo dadas às dificuldades dos Produtores paranaenses e a reivindicação junto ao CONFAZ para ampliação do prazo de recolhimento, desse mesmo produto, para cento e cinquenta dias, e ainda a concessão de um crédito presumido aos produtores de maçã, com a redução da alíquota 40 por cento, tornando o produto mais competitivo, também repercutiram favoravelmente no setor agrícola.

Ainda em relação ao CONFAZ, que aprovou todas essas propostas, a Secretaria das Finanças do Paraná propôs também a isenção do tributo na importação de insumos para a produção de Papel-Imprensa, a fim de que as indústrias estabelecidas no estado pudessem adquirir matérias-primas no mercado Externo. Como se vê, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Secretaria das Finanças procurou beneficiar aos mais diferentes segmentos, sem paternalismos, com os pés no chão, com o fruto de um trabalho voltado para as diretrizes do Governo do PMDB, que está fazendo do Paraná um estado exemplar em apenas dois anos. São os números que demonstram essa retomada do desenvolvimento: O tesouro do Estado fechou 1984 com um superávit de mais de trinta bilhões de cruzeiros no orçamento. E a previsão orçamentária da receita de dois trilhões e oitocentos bilhões de cruzeiros para 1985 deverá ser superada, podendo chegar a quase três trilhões e meio até o final do ano.

Por isso o Paraná pode orgulhar-se de sua posição entre os demais estados. Uma posição satisfatória entre receita e despesa principalmente de pessoal tem dado aos paranaenses a tranquilidade necessária para trabalhar, sabendo que o Governo irá cumprir com os seus compromissos. Sessenta e oito vírgula sete por cento da receita de ICM vão para o pagamento do funcionalismo neste primeiro trimestre, contra setenta e dois vírgula um por cento em oitenta e quatro.

Aí estão, portanto, os verdadeiros números do Paraná. Eles não podem ser contestados, porque os resultados práticos também estão aí, traduzidos em inúmeras pequenas obras espalhadas pelo Estado. Resultados que, quando não se materializam em obras, o fazem em sentido indireto. Como exemplo, cito a COOPAVEL, que certamente não teria o

desfecho que teve, não fosse a pronta intervenção da Secretaria das Finanças.

Atralepada por uma crise insuperável, decorrente de um endividamento dos sessenta bilhões de cruzeiros, a Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Cascavel pôde comprar e pagar à Vista as safras de verão, impedindo que se perdessem por falta de comercialização. Através de um grupo formado por oito instituições bancárias, credoras da COOPAVEL, foram alocados recursos da ordem de oito bilhões de cruzeiros para a aquisição das safras agrícolas de seus 8.500 associados. O dinheiro, liberado graças à intervenção do Secretário João Elísio com os Bancos credores, a pedido do Governador José Richa, eximiu a COOPAVEL de uma liquidação extra-judicial e possibilitou a formação de capital de giro para aquela finalidade. Foi uma grande vitória.

Todas as ações para a concretização desse empréstimo de cujas negociações também participei foram centralizadas na Secretaria das Finanças. A extensão dessa medida é de suma importância, pois trará reflexos em diversos setores da economia estadual, com a conseqüente retomada das atividades normais de comercialização da atual safra. Outras providências estão sendo estudadas para resolver o problema da maior cooperativa do oeste do Estado, como a venda de instalações e equipamentos, para que a entidade possa saldar seus compromissos.

É apenas um caso. Mas, basta para demonstrar a intenção do Governo Democrático de José Richa. Por isso, pode-se afirmar, com toda a segurança, que o sucesso e a popularidade deste Governo, atestados nas pesquisas de opinião pública, estão sobretudo nas finanças, pouco a pouco sendo saneadas com competência, por isso, define-se a saúde financeira do Paraná com muito boa, mostrando que, para se chegar a esse ponto invejável, não foi preciso muito, além da disposição para vencer as dificuldades da recessão econômica.

Este é, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um quadro que, se não permite euforia, dá-nos, com certeza, a sensação de estarmos no caminho certo. É preciso reconhecer e aplaudir, como disse no início, todo esse esforço, que com dois anos ainda pela frente nos coloca em posição privilegiada. Nesse espaço de tempo o Paraná há que se consolidar completamente. Essa é uma tarefa que cabe em muito a nós parlamentares, responsáveis pelos avanços que ajudamos a aprovar e pelos que ainda temos de concretizar nos campos do desenvolvimento político e, sobretudo, social".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (Antônio Annibelli) Encerrado o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, no Horário da Liderança, ao Sr. Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"Na época da campanha eleitoral de 1982 foi comum ouvir, principalmente da parte dos candidatos pedessistas, graves acusações aos companheiros do PMDB: chamavam-nos incompetentes, diziam que não saberíamos governar, que não adiantava votar no PMDB por que o Governo seria do PDS.

O povo não aceitou este argumento. Nós vencemos.

Agora, passando mais da metade do mandato dos peemedebistas, no Estado e nos municípios paranaense, já podemos contestar aquele argumento, não apenas em tese, mas também com a força da prática concreta.

Provamos que sabemos governar, e muito bem, dirigindo os municípios e o Estado no caminho da moralidade e do tratamento da coisa pública com proibidade e honestidade, mas também, voltando o Poder Público para a sua função principal, o aspecto social, buscando atender as necessidades básicas da

população, principalmente aquelas que lhe assegure melhores condições de vida e trabalho.

Um balanço do que o PMDB já realizou comprova que estamos conseguindo atingir estes objetivos, cumprindo os compromissos assumidos perante a opinião pública e perante os eleitores que nos depositaram seu voto de confiança.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, gostaríamos de nos deter um pouco mais na avaliação da administração que está sendo conduzida pelo executivo de Toledo, que tem à sua frente o **Prefeito Albino Corazza**.

Conhecido em todo o Paraná, e mesmo nacionalmente, como o município que desenvolveu com sucesso as empresas comunitárias, buscando a participação do povo no seu desenvolvimento econômico, Toledo não restringe sua atuação apenas no desenvolvimento comunitário, mas se preocupa também em fazer retornar ao povo as contribuições que este concede ao Poder Público, através de seu trabalho e através do pagamento de impostos.

Por esse motivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aproveitamos o espaço desta tribuna para enaltecer o verdadeiro mutirão de inaugurações que foi realizado em Toledo nos dias 13/04 e 26/04, nestas últimas semanas, mutirão composto por obras com claros objetivos sociais.

Através de um perfeito entrosamento com o Executivo Estadual, a Prefeitura conseguiu a liberação de recursos para apoio à Associação dos "sem-terras" e "bóias-frias"; a construção de três oficinas e três viveiros comunitários; a inauguração da sede da Associação São Vicente de Paula e Lar dos Menores, com 1.500 m<sup>2</sup>, hoje estimada esta obra, no valor de 700 milhões de cruzeiros, e construída a partir dos esforços da própria comunidade, com ajuda e apoio do serviço público; instalou-se a Conselho Municipal da Condição Feminina, criado por Decreto Municipal, com a finalidade de encaminhar as lutas das mulheres e pela sua completa emancipação; criou-se o Banco de Promoção Humana, entidade destinada a receber doações da comunidade para a distribuição às associações de assistência, numa campanha de erradicação da prática de esmolas no município. E foi lançada a pedra fundamental para construção de um "Ponto de Encontro dos Idosos", a APAI - Associação Promocional Assistencial de Toledo.

Foram entregues também à comunidade toledana mais três novos Postos de Saúde, nas vilas Pioneira e Industrial e no Jardim Porto Alegre, e dois consultórios dentários, simplificados com 3 cadeiras cada, na Vila Pioneira e no Jardim Porto Alegre, todas obras construídas para viabilizar a premissa de que nenhum toledano deve ficar sem atendimento médico e odontológico.

E não parou aí. Foi inaugurada a Agência Especial da COPEL, que virá ampliar o serviço de atendimento à comunidade, sendo este, temos a certeza, também o primeiro passo no sentido da instalação da Regional dessa empresa em Toledo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Diferentemente de outros tempos, a inauguração de todas essas obras não tem como objetivo encher os olhos dos eleitores para futuras eleições. Estas são realmente obras de forte conteúdo social, realizadas com a participação

do povo e para melhorar a condição de vida do próprio povo, honrando assim o título que o nosso município ostenta para todo o Paraná: "Toledo, a comunidade no Poder". E o que é mais importante: Conseguiu-se transformar esta consigna, que antigamente era usada por políticos inescrupulosos apenas como "slogan" publicitário, em uma realidade concreta, sentida por todos os munícipes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a realização de todos esses eventos também nos deixa realizados, porque esta é mais uma prova de que o PMDB não apenas sabe administrar, mas muito mais do que isso, sabe administrar bem, para o desespero daqueles que nos fizeram críticas precipitadas, vazias e sem qualquer fundamentação.

Por isso, estamos confiantes de estar cumprindo o programa do PMDB. Programa que defende o partido comprometido com a realização de modificações profundas na sociedade no sentido de democratizá-la e torná-la mais igualitária, assumindo como seu desafio contemporâneo, a transformação em prática das massas populares, os ideais de liberdade, bem-estar social, igualdade de oportunidades e de participação nos bens materiais propiciados pela riqueza e pelo desenvolvimento do País.

Era o que tínhamos a dizer, Senhores Deputados, em reconhecimento ao excelente trabalho social que está sendo desenvolvido no Município de Toledo e certos de que avançamos no objetivo central de nosso partido: a erradicação da miséria, assegurando dignidade e participação ao povo brasileiro".

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)** - Ainda no horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, por 13 minutos.

**O SR. TADEU FRANÇA** - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo ciente de que, no passado, atrasos relativamente a vencimentos de professores foram historicamente uma prática, tanto é assim que houve casos de 4, 5, 6, e até 8 meses de atraso em seus vencimentos.

De qualquer maneira, é uma justa preocupação e nós pretendemos e temos obrigação todos juntos, de levarmos avante esta preocupação, para que, mesmo existindo inúmeras preocupações de ordem burocrática - em se tratando de aulas extraordinárias - que são as sucedâneas das antigamente tidas aulas suplementares, que vieram a representar, em termos de Paraná, uma forma aviltante, segundo a qual, em tempos idos, foi contratado o professor paranaense.

Mesmo assim, é uma justa preocupação que deve ser levantada e assim a consideramos. Nesta Casa, estamos através de requerimentos, propondo que o concurso público de ingresso de pessoal ao quadro próprio do magistério, a realizar-se ainda na segunda metade do corrente ano, estamos propondo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que seja autorizada a inscrição de professores que tenham completado já 45 anos de idade ou que tenham mais de 45 anos de idade, desde que em efetivo exercício do magistério.

Vale lembrar que o próprio Estatuto do Magistério reconhecido e aprovado não só por esta Casa, como

também acionado, sancionado pelo Governo do Paraná, previa a realização de concursos públicos de ingresso de pessoal ao quadro próprio do magistério, de dois em dois anos. E é por entender, que o último concurso público foi realizado em 1979, portanto, há seis anos passados. E que por esta razão, há seis anos, existem inúmeros professores que por terem completado neste interstício 45 anos de idade, estariam legalmente impossibilitados de submeterem-se a esse concurso que lhes viabilizaria a efetivação.

É por esta razão que estamos apelando a todos os Parlamentares, à Secretaria de Estado da Educação e ao Governador José Richa, no sentido de que a esses professores, já veteranos na lide docente do Estado do Paraná, seja lhes facultado, também, a realização do concurso público já previsto para a segunda metade deste ano.

Ainda com relação à Educação. Urgente se faz, a realização ou pelo menos a proposta de um concurso público também para 5ª à 8ª séries e para todo o 2º grau. Na realidade, investir na Educação é assegurar, sem qualquer sombra de dúvida, o recomeço em termos da tão decantada autonomia, conscientização e desenvolvimento por todos nós proclamados em razão suprema de toda uma luta que deve ser cada vez mais enfatizada.

A Educação no Paraná, no Governo José Richa, beneficia-se portanto, em termos de identificação, em termos de propostas de segurança, em termos de concessão de reajuste semestral, em termos de 13º salário. As mais antigas e justas aspirações do magistério do Paraná.

É por esta razão, em que pesem as dificuldades, o Paraná sob o Governo do PMDB, passou a conhecer um novo dia educacional. E num instante como este, quando nós vemos a proposta da Constituinte sendo levada à discussão, sendo colocada numa forma tal que o nosso educando possa vir, cada vez mais, a conscientizar-se da realidade nacional. Nós temos que destacar que, efetivamente, novos dias estão surgindo, uma nova filosofia, uma nova política voltada sim, embora não perfeita porque a perfeição é um ideal a ser perseguido, reconhecemos, efetivamente, que medidas concretas, saneadoras, objetivas de valorização do titular de Educação tem sido um constante no atual Governo.

Gostaríamos ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de destacar a grande importância que em termos de Nova República deve ser conferida aquilo que se chama tributação.

Temos ouvido tantas vezes e as verdades em todos os setores devem ser proclamadas, principalmente objetivando o novo perfil de educação política.

Em 74, havia no Paraná 500 mil propriedades. Em 84, 350 mil propriedades testemunham, por si só, o que vem representando o verdadeiro, espectral, desaparecimento principalmente dos pequenos proprietários rurais.

E é por esta razão, que no pensamento que entendemos plenamente justo, é que numa ampla discussão a questão tributária deve ser retomada. Está na hora de colocarmos em prática um legado de Tancredo Neves que preconizava uma reforma agrária, sem traumas, ele dizia, mas que deve ser firme, uma resposta até uma aspiração não apenas dos agricultores sem terra, mas como enfatizava Tancredo Neves do episcopado e de toda a sociedade brasileira comprometida com o desenvolvimento

nacional.

Numa época em que o Paraná, há 10 anos, deixou de crescer em termos de produção de alimentos, é preciso priorizar na Nova República a questão em torno da tributação rural.

Nós jamais haveremos de conquistar uma efetiva estrutura fundiária pautada em termos de desenvolvimento agrário, se não começarmos a sugerir e aguardar como resposta medidas eficazes em termos de uma nova estrutura agrária para o País.

E é nesse sentido, que como um dos itens de uma proposta de reforma agrária sem traumas, é preciso que sejam incluídos dois pesos e duas medidas no que se refere ao recolhimento do imposto territorial rural dos proprietários de áreas agricultáveis.

É urgente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que sejam premiados com leve carga tributária a produtividade de alguns, mas é urgente também que se onere com especial rigor tributário a ociosidade agrária, principalmente a dos latifúndios improdutivos, porque são eles que estão desafiando o retrocesso econômico e social coletivo. É preciso, portanto que os latifúndios improdutivos multinacionais e nacionais representem e constituam o primeiro pólo, o primeiro desafio em termos desta proposta de uma reforma agrária sem traumas, porque esses latifúndios precisam urgentemente começar a pagar o pedágio do capitalismo.

E é nesse sentido que estamos propondo um requerimento endereçado ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Agricultura Pedro Simon, solicitando-lhes que na política de reformulação do nosso modelo agrícola se por um lado se faz urgente a concessão de estímulos a produtividade, especialmente aquela que é relacionada aos pequenos e médios proprietários rurais, que sejam desencadeadas também medidas especiais que venham a penalizar a sistemática improdutividade agrícola, prática esta que prospera intimamente ligada à evolução desenfreada e centralista do latifúndio agrário nacional e internacional do Brasil.

Na realidade medidas saneadoras precisam ser tomadas. E num instante como o nosso, quando o próprio episcopado, como firmou Tancredo Neves, clama por uma reforma agrária, a mola da tributação rural precisa ser acionada em termos de um novo perfil agrícola brasileiro, que precisa ser construído.

Por outro lado, é preciso que nesta grande mesa da discussão em termos da tributação nós analisemos os vários processos.

No Paraná, estamos cansados de ouvir denúncias oficiosas em termos de grandes percentuais de sonegação. Estamos cansados de saber de manipulação de notas fiscais totalmente frias, fabricadas e montadas por gráficas ao sabor da verdadeira sangria em termos de arrecadação para o nosso Estado.

É por esta razão que os incentivos concedidos à determinadas categorias e isenções precisam ser totalmente redefinidas e rediscutidas. Se, por um lado, é louvável, por exemplo, a isenção do ICM ao produtor de leite do Paraná - medida essa que é de suma importância -, nós devemos levantar a necessária bandeira do ressurgimento, do crédito presumido para os laticínios paranaenses porque, de forma alguma, é contribuir em termos de se aprimorar a arrecadação quando se isenta alguém e se onera

excessivamente outra categoria.

É por esta razão que, junto com a nossa profissão em termos de continuidade da necessária isenção ao produtor de leite, entendemos que é através de uma discussão sobre a situação real de cada categoria, e com objetividade e de uma forma concreta, corrigindo erros e, por outro lado, fixando novas diretrizes, é que através de um debate que congregue todas as classes que haveremos de definir um melhor caminho em termos de tributação real, não só para o nosso Estado, mas também a nível de propostas para todo o nosso País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É portanto, em nosso entendimento, um momento de começar uma grande discussão ao invés de começarmos a assistir críticas a uma "Nova República" que mal começou, que tem o objetivo de pautar-se por uma excelente boa vontade, que quer abrir uma grande discussão nacional e que, portanto, é muito cedo, até mesmo em nome do bom senso e da mais elementar prudência, tecer críticas ou condenações a uma proposta que se possa e que pretende, acima de tudo, conclamar todo o País a um processo de discussão nacional para retomada do seu próprio destino em rota de um novo crescimento e de um novo Brasil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa consulta o Partido da Frente Liberal se vai fazer uso do seu horário.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Ao Deputado Péricles Pacheco, pelo tempo que achar necessário.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Com a palavra o nobre Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PÉRICLES PACHECO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Nação ficou como que hipnotizada, especialmente na semana passada. Na verdade, foram 40 dias de dor, lutas de toda ordem, os valores místicos de nossa alma popular despertados na sua plenitude. Reconhece-se que o País parou por quase dois meses, expressando com a clareza mais meridiana da alma popular, todos os seus sentimentos, armazenados já longos anos, sentimentos de esperança que, se dependesse dela, se materializariam com a ascensão de Tancredo Neves ao Poder, à Presidência da Nova República.

Quis o Senhor da vida, quizeram os desígnios de Deus - e os seus desígnios, lembra-nos o livro de Deuterônômios, da Escritura Sagrada, não são os nossos, necessariamente - que a passagem de Tancredo Neves neste alvorecer de novos tempos fosse marcada não por sua posse no Palácio do Planalto. A passagem e consagração do Presidente eleito a 15 de janeiro ocorreu por vias inimagináveis, consumando-se no sacrifício e espera de todo um povo. Doença e sofrimento de Tancredo Neves que geraram uma segura consciência de unidade do povo brasileiro, a todo momento entremeando preces com louvores às propostas da Aliança Democrática encarnadas no ideário do Presidente que agora repousa nas paragens tranquilas da sua São João del Rey, um novo ponto de convergência e referência da afetividade da Nação.

Terminou a dor de Tancredo Neves, a de sua família

imediate, e a da grande família de que ele se fez Pai, os 130 milhões de brasileiros. Ficam saudade e certezas, esperanças e dúvidas, propostas de trabalho e perspectivas de uma melhor qualidade de vida para todo um País, do operário àqueles que gerem os grandes complexos comerciais e industriais do Brasil. Políticos, pensadores, governantes, legisladores, ninguém pode ficar alheio à nova realidade que o "Anjo da Morte" que nos retirou Tancredo Neves do mundo dos vivos deixou marcada na alma de cada um de nós.

Há tempo para prantear. Há tempo para alegrar-se. Há tempo para reconstruir vidas, em busca da terra da Promissão com que todos imaginamos. E este é o tempo - acreditamos - de promover a cicatrização das feridas e partir, com a maior urgência possível, não só para um justo ciclo de homenagens ao Estadista. Dar o nome de Tancredo Neves a ruas, avenidas, logradouros públicos e próprios municipais, estaduais e federais, bem assim instituir premiações vinculadas ao excepcional brasileiro das Alterosas, não pode ser o ponto final das melhores homenagens que a ele prestaremos.

Convoca-se a Nação, nestes momentos de extremas dificuldades que ela atravessa, para que preste a melhor das homenagens ao homem-símbolo da Nova República. Uma homenagem que invariavelmente terá de passar, com a pressa que nossas necessidades e a crueza de nossas limitações materiais estão a exigir. E ela se consubstancia, fundamentalmente, em dois pontos: o primeiro, pacificação nacional, os homens públicos assumindo uma sobrenatural capacidade de doação, colocando seus interesses pessoais em favor desse imenso e estimulante projeto que é o Brasil, acima de siglas partidárias e sem revanchismos; em segundo lugar, promovendo o País todo - e aí é importante a participação madura de patrões e empregados, do capital e do trabalho - para uma demarcação da economia nacional, todos transigindo um pouco, em favor desse gigante de potenciais imensuráveis mas que requer uma gerência político-administrativa lastreada no bom senso e na capacidade de renúncia.

O Primeiro de Maio nos chega com a melhor possibilidade, a mais imediata possibilidade, de transformarmos em gestos concretos nossas homenagens ao Presidente desaparecido. Que o Dia Universal do Trabalho seja o melhor amálgama para a Nova República, significando, na coesão de empresários e força de trabalho, esta representada por seus líderes sindicais - o ponto de partida para o estabelecimento de uma verdadeira justiça social.

As greves e os rumores de greve não serão, com certeza, nesta hora, o melhor tributo que se poderá prestar a Tancredo Neves. Nem se poderá, igualmente, à custa de sacrifícios incomensuráveis das classes assalariadas, montar as bases de uma autêntica Nova República.

Se o entendimento que a hora requer pede renúncia dos políticos, dos empresários e também das lideranças sindicais, não há como deixar de lado a dura realidade representada pelo déficit em todos os escalões da vida nacional. Os que se acostumaram a gerenciar a administração pública, frequentemente com irresponsabilidade, onerando-a com dívidas internas e externas eternamente "roladas", jogadas para o futuro, terão de imbuir-se, agora, desta verdade: "A Nova República exige que as estatais e a administração direta

adaptem-se a esta certeza de que somos um País pobre, tipicamente do chamado Terceiro Mundo, e que a palavra de ordem - daqui para frente - é austeridade.

Homenagear Tancredo Neves, entendemos, não é tirar proveitos demagógicos, em cima da dor e da sobrenatural figura humana que o Presidente desaparecido representa para a Nação. Muito pelo contrário: homenageá-lo, agora, deve significar e deve passar obrigatoriamente pela palavra de ordem que o Brasil repetirá em gestos concretos: trabalho honesto, diuturno, dentro de um pacto social que não mais onere aqueles que realmente produzem e têm sido as vítimas prediletas da técnico-burocracia. Vítimas prediletas de impostos tributos e taxas escorchantes de serviços públicos nem sempre prestados a contento.

E mais diríamos, dentro desta escala que entendemos ser ponto vital para a montagem da Nova República, cujos pilares básicos foram arquitetados pelo gênio de Tancredo: restaure-se a moralidade, em todas as escalas e em todos os escalões. Terminem as mordomias, dê-se fim à triste figura dos chamados "marajás do serviço público", ordene-se os gastos públicos dentro de uma realidade de Nação carente que, antes de prover seus gerentes com moradias nababescas, viagens internacionais, injustificadas, recepções faustosas, aparatos desnecessários de corpos de segurança e cartões de crédito pagos pelo erário, reclama pelo pão nosso de cada dia.

Ao legislador, armado de mandato populares como este de que somos detentores nesta Casa de Leis, limitada na possibilidade de influenciar de forma mais decisiva na vida nacional, cabe, pelo menos, o papel do exercitar uma ação crítica. Somos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, especialmente nesta hora de transição, cheia de incógnitas e incertezas, a voz dos que não têm voz. Recolhemos em nossas bases estes sentimentos, os mais autênticos possíveis e temos a obrigação de registrá-los, sob pena de, amanhã, sermos julgados não apenas por nossos eleitores, como, sobretudo, pela história, que é mestra e Juiz infalível.

Clamamos, pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sobre a gravidade do momento nacional. Registramos, ao mesmo tempo, nossa esperança, certeza no Governo do Presidente José Sarney. Tudo sem tons apaixonados e já libertos dos momentos de emoção nacional que a todos nós atingiram.

Esta hora de reflexão não se destina apenas a mero registro nos Anais desta Casa, nem, tampouco, ao necessário repercutir nos veículos de comunicação

social. Pretendemos todos nós - e isso acreditamos com a maior limpidez - que a Nação se recomponha num grande pacto social, que a ninguém dispensará, um mutirão que deve envolver e comprometer todos os segmentos da sociedade. Um pacto social e um mutirão que não se façam à custa de novas dores e ranger de dentes de um povo raquítico em esperanças e, ao longo de décadas, tratado como alvo de puros interesses pré-eleitorais.

Ao legislador cabe apontar caminhos, pulsar e refletir junto com a Nação. E ajudá-la, agora, neste momento em que ainda se prateia o Pai da Nova República, é missão de cada um de nós. E se assim não o fizermos, as pedras falarão, conforme nos adverte a linguagem do Evangelho. Pois, não tenhamos dúvidas, Senhores Deputados, Senhor Presidente: "as trilhas da Nova República passam por toda uma nova postura, uma redefinição biográfica de cada um de nós e da Nação como um todo. E se assim não acontecer, o sacrifício, o longo calvário de Tancredo Neves e todos nós os que acompanharam sua longa e penosa agonia, terá sido em vão. Como terá sido em vão, também, a formação desse fundamental ponto de apoio à Nova República que é a Aliança Democrática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Pelo restante do tempo, o Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Diário da Assembléia, do dia 05 de setembro de 1984, publicou o Projeto de Lei Complementar 217/84, que trata da Lei Orgânica dos Municípios. Foi designada uma Comissão, formada pelos Deputados Caíto Quintana, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Augustô Carneiro e por mim, para análise e parecer à proposta, porém a Comissão reuniu-se uma única vez e até hoje o Projeto de Lei Complementar não tem Parecer técnico e em consequência, não pode ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Por ser matéria de notório interesse a todos os municípios do Paraná, peço aos prezados Deputados componentes da Comissão, que a partir deste meu pronunciamento, seja retomado o estudo, vinculando-se um prazo limite para o final da análise, dando então condições para que os municípios passem a usufruir dos benefícios desta nova Lei Complementar.

A própria justificativa do projeto de lei nos mostra da urgência, quando diz: não é demais repetir que a atual Lei Orgânica dos Municípios possui mais de uma década de vigência, durante esse tempo



suas falhas de origem agravaram-se e outras tantas surgiram no confronto com a realidade.

Por outro lado, intermitentes mudanças constitucionais impuseram-lhe matéria nova ou modificações, permanecendo fora do seu corpo, mas ainda, na época em que ela foi editada não havia clima para um saudável exercício da participação democrática, o que explica o artificialismo de alguns de seus preceitos.

Instaurado processo de revisão da Lei Orgânica dos Municípios, todos os Prefeitos e Vereadores, entidades municipalista e categorias profissionais ligadas ao Direito, foram convidadas a oferecer sugestões a partir do texto base preparado por Reginaldo Fankin, conceituado especialista da matéria.

É necessário que se afirme também que a Associação dos Municípios do Paraná e a Associação das Câmaras Municipais do Paraná, durante os vários meses, reuniram-se com seus filiados regionais para debater o texto base, reuniões estas que resultaram num documento único das entidades representativas dos municípios, onde expressavam seu entusiasmo na reunião da Lei Orgânica.

O projeto de lei em pauta conseguiu abranger indistintamente os municípios agrícolas e os industriais, de pequenos, médios ou de grande porte, de alta, média ou rarefeita densidade democrática, de orçamento constituído de receita baseada em rendas próprias ou transferências e assim por diante, todos os municípios foram perfeitamente observados nessa lei, sendo que a partir das suas linhas mestras cada município poderá criar a sua legislação básica adequando-a às suas necessidades e peculiaridades.

Visando ressaltar algumas modificações propostas, gostaria de citar aqui algumas delas de maior interesse para o conhecimento dos nobres Deputados.

Na redação do parágrafo único do artigo 25 para efeito de cálculo tendente à alteração do número de Vereadores, tomou-se como base o eleitorado existente na data do encerramento do alistamento. Incluiu-se entre as competências da Mesa da Câmara a de elaborar orçamento analítico a fim de lhe permitir a possibilidade de administrar os recursos de acordo com as necessidades e conveniências da Casa.

Suprimiu-se o inciso sexto do artigo 49 que a Câmara não tem competência para aprovar nomeações de funcionários do Executivo ainda que em órgãos da administração indireta.

A sucessão referente aos subsídios dos Vereadores sofreu total remodelação para

harmonizá-la com a Legislação Federal vigente.

O artigo 57, parágrafo único, passara para subseção da licença do enunciado do artigo 57. Retirou-se a exigência do Vereador licenciarse para assumir cargo em comissão dos Governos Estadual e Federal.

Não é o caso de incompatibilidade, na medida em que as redações constitucionais se limitam ao âmbito municipal.

A matéria pertinente à remuneração do Prefeito foi reformulada, um piso a partir do qual o subsídio do Prefeito é fixado baseado em valor igual a três vezes o recebido pelo Presidente da Câmara ou conforme o caso, cinco vezes o maior vencimento de funcionário do município garante ao Executivo uma remuneração pelo menos razoável.

Suprimiu-se o inciso 24, do artigo 75: O Prefeito não pode comparecer, mesmo espontaneamente à Câmara. A separação em dependência dos órgãos municipais e exigência institucional e não fica à livre disposição do Prefeito. Não é uma prerrogativa pessoal, e sim do órgão.

Por isso, Senhores Deputados, saliento a grande importância que tem a retomada da análise para todos os municípios. A proposta existe, falta discutí-la, quem sabe retocá-la, para depois aprová-la, mas é urgente, é premente que se retomem os trabalhos, é a análise da proposta, publicada em Diário Oficial, que dá a medida certa da matéria quando diz: "evidencia-se a legitimidade democrática dessa futura lei, ficando conseqüentemente inaugurada entre nós a prática legislativa de criar direito novo, em estrita comunhão com os próprios interessados, ao invés de impor normas de cima para baixo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: eu gostaria, ainda, hoje, de aproveitar a oportunidade para saudar o nosso novo companheiro de Frente Liberal, Deputado Gabriel Manoel. O homem que hoje ingressa no nosso partido, e que eu tenho certeza, será o vertedouro de novos nomes, de novos Deputados, tanto do PDS, como do PMDB.

O Sr. Krondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado. (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e quero dizer que a saída do nobre Deputado Gabriel Manoel, do Partido Democrático Social, foi uma perda que não podemos avaliar de momento. Só a continuidade dos trabalhos desta Casa é que nos farão, a todos os companheiros do PDS, sentir a saída deste grande Deputado. Um dos mais brilhantes desta Casa, um dos mais reais,



dos mais sinceros. Um homem que realmente encarnava a resistência da Oposição, pelo seu desassombro, pela sua coragem, pelo oportunismo da sua participação nos debates desta Casa.

Um homem que realmente vai deixar uma lacuna, sem fugirmos ao lugar comum, mas uma lacuna difícil de ser preenchida na Bancada do PDS. Nós lamentamos, eu pessoalmente, estou profundamente triste com a saída deste grande companheiro. E quero cumprimentar os integrantes da Frente Liberal pela magnífica aquisição. Realmente, agora, parece que o partido de Vossa Excelência está tomando consistência, porque leva um Deputado combatido, um Deputado autêntico, dos mais autênticos que eu conheci na minha vida pública, porque é um homem destemido na defesa de suas idéias, na defesa de seu povo, na defesa dos interesses do Paraná.

Essa é realmente uma grande aquisição da Frente Liberal. A aquisição do Deputado Gabriel Manoel, que hoje se integra ao Partido da Frente Liberal. Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência concede um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado, entretanto lhe concede um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O Sr. Gabriel Manoel - (Assentimento) -

Deputado Ivan Gubert, as palavras do nosso companheiro, nosso amigo Erondy Silvério, nos deixa deveras envaidecido, porque o nosso bloco, os nossos amigos estão na Frente, estão no PDS, então saiba Vossa Excelência, que essas palavras do Deputado Erondy Silvério, nos deixam entristecido, e nos dá, no mesmo instante, um motivo de satisfação. Porque a amizade, a sinceridade em que pautamos por dezoito anos de vida pública com todos os companheiros, e digo a todos os companheiros, e, principalmente à Bancada do PDS e a nossa Bancada, muito obrigado Deputado Erondy Silvério. Em mim Vossa Excelência tem um amigo sincero.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa consulta a Liderança do Partido Democrático Social, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O Sr. Antônio Belinati - Eu, mas primeiramente o Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por mais que eu me esforce, por mais boa vontade que eu tenha, não consigo acreditar na honestidade, nos princípios, nos propósitos do Sr. José Sarney.

E eu lamento profundamente, talvez, por excesso de pessimismo, não consigo crer no homem que dirige os destinos da nossa Pátria.

Não creio nele porque, foi uma candidatura imposta

ao PMDB, pelos homens da Frente Liberal. Um homem de um passado pouco recomendável, um homem, que há um ano atrás, presidia o PDS, batalhou pela derrota das eleições diretas, e hoje ele nega-se a dar chance, a permitir que esse assunto seja discutido e votado, encurtando o seu mandato.

Não creio em José Sarney porque, para mim, durante a doença de Tancredo Neves, ele se mostrava para a televisão, para a imprensa, tenso, preocupado, rezando pelo restabelecimento de Tancredo Neves.

Não creio nesse comportamento. Ele é um político profissional, e é um profissional que sabe exercer na sua amplitude a política, tanto é que, nesses vinte anos de autoritarismo, ele se fez na política e seus familiares se fizeram também.

Não creio em José Sarney, porque a ele falta o carisma, que com certeza não faltaria em Tancredo Neves. Falta respaldo popular, falta credibilidade, que sobrava para Tancredo Neves. Tanto é verdade, que essas greves que assolam o País, dando um prejuízo considerável à indústria automobilística e a outros setores empresariais da nossa Pátria, estariam debeladas, se Tancredo fosse Presidente.

Tancredo com um simples aceno de mão, olha Sr. Presidente, Srs. Deputados, nunca fui, e jamais seria diretor de Tancredo Neves, mas reconheço nele este carisma, esta facilidade, esta sensibilidade, para acabar, para pulverizar com uma greve que ameaça a estabilidade do País. Mas, se fosse Tancredo Neves Presidente da República, com um aceno de mão, ele pulverizaria, acabaria com estas greves tão nefastas para o nosso País.

Mas, tenho certeza que os grevistas não estão dispostos, Srs. Deputados, a ouvir um apelo do Sr. José Sarney, pelas origens deste homem público, pelo passado dele. A ele, não darão, o que é lamentável, a menor consideração; a ele os grevistas não darão o menor arrego.

Portanto, renuncio, Deus queira que eu esteja errado, que eu esteja equivocado, renuncio dias de agitação para a nossa Pátria, que o Sr. José Sarney, não terá como controlar, como conseguir controlar.

Mais uma vez tomara, que esteja eu vaticinado o inviável, esteja renunciando o que jamais poderia acontecer à nossa Pátria, já estremecida e tumultuada. Mas, vim aqui nesta tribuna usando um direito que tenho, como Deputado da Bancada do PDS, dizer que, foi profundamente lastimável a perda de Tancredo Neves, porque ele teria tudo para fazer deste País, por mais que não cumprisse o que nos prometeu nos palanques, durante a sua campanha, para conquistar indiretamente a Presidência da República.

A ele não seria negado um voto de confiança, por mais que ele não cumprisse vinte por cento do que prometeu. Mas, do Sarney, vão exigir cumprimento total das promessas, porque ele tem todas as características de um déspota, de um homem que usou o Poder, o arbítrio para locupletar-se; e hoje dá uma de mansinho, uma de inocente, uma de bonzinho, querendo dizer que ele é um democrata autêntico. A ele falta tudo, para que este País possa navegar em águas tranquilas.

Dou o aparte ao Deputado, Gilberto Carvalho, que solicitou.

O Sr. Gilberto Carvalho - Agradeço, nobre Deputado.

E, nobre Deputado Nelson Buffara, na verdade,

o ex-Presidente Tancredo Neves, que não chegou a assumir a Presidência desta Nação, era um homem, um pacificador e de uma habilidade fora do comum. Mas, não podemos também subestimar a capacidade do seu sucessor, José Sarney, pela sua origem. Porque origem, todos nós que militamos na vida pública nesses 20 anos, ou viemos da ARENA, ou viemos do MDB. E não tinha outra opção, não tinha outro caminho a seguir a não ser este, porque nós estávamos num regime de autoritarismo, num regime, que não tinha opção, nem o próprio eleitor, como não teve nesta última eleição, com a vinculação de voto ele não tinha nem opção de escolher os seus candidatos.

Mas, afirmo a Vossa Excelência, que o Presidente Sarney tem capacidade e tem habilidade de poder contornar a situação. E está havendo uma compreensão também da classe política, de todos os segmentos da sociedade, para que a classe política possa se reabilitar e não retorne mais ao passado, nessas dificuldades que nós tivemos nesses 20 anos. Acredito que com o apoio que terá no Congresso, com o apoio da classe política, e a sua habilidade e capacidade administrativa, haverá condições de superar esta crise, esta dificuldade por que passa o País.

Muito obrigado..

O SR. NELSON BUFFARA — Não duvido, Deputado

Gilberto Carvalho, da sagacidade, da astúcia, da inteligência de José Sarney, porque ele realmente é um profissional da política. Mas, é preciso que antes de mais nada, um político tenha compostura, dignidade, tenha pudor. Se até ontem, Sarney tinha um ponto de vista, não pode dar uma guinada de 180 graus e violentar inclusive os princípios que norteiam a vida de alguém que se julgue coerente. Onde está a coerência de um homem que preside um partido ...

O Sr. Gilberto Carvalho — Foi coerente com o seu partido ...

O SR. NELSON BUFFARA — Coerência, Deputado, seguir

por um caminho retilíneo, cumprir as metas, a filosofia do seu partido e defendê-lo até o último momento. Fazer o que ele fez; isto é uma aberração. Eu não perdoo jamais o Sr. José Sarney porque ele participou da convenção e deu a vitória ao Sr. Paulo Maluf. Perdeu o candidato dele, o Ministro Mário Andreazza; ele não devia participar daquela convenção. Isto não perdoo ao Sr. José Sarney, morro e não perdoo. Participar da convenção do PDS se ele tinha por escopo, por objetivo, divergir dos vitoriosos, daqueles que ganharam a convenção que deu como vitorioso o Sr. Paulo Maluf. Ele foi, isto sim, alguém que não se sentiu bem com a derrota do seu candidato, na ocasião, o Ministro Mário Andreazza e bandeou-se para o lado da Frente Liberal. Isto demonstrou que ele é inseguro; não tem respeito à maioria. O que é fundamental na Democracia. Nos Estados Unidos, numa convenção dos Democratas e Republicanos, que sai de vencedor um candidato José Sarney contra Antônio; todos os candidatos que perderam com Antônio, vão atrelar-se ao José.

O Sr. Gilberto Carvalho — Mas, Sarney não participou da convenção.

O SR. NELSON BUFFARA — Esteve com todos os seus

Governadores do Nordeste, votando no Senhor, pelo menos ele foi um dos grandes cabos eleitorais do Sr. Mário Andreazza. Um dos grandes cabos eleitorais. Foi violentamente contra Paulo Maluf. Se ele não votou na convenção foi porque ele pressentiu que ia perder o seu candidato. Mas, ele fez tudo para que o Sr. Mário Andreazza fosse o vencedor. Portanto, presidiu o partido naquela ocasião, depois que viu o barco naufragar, deixou o partido em situação de penúria e a ele eu reputo a responsabilidade do Partido Democrático Social ter ido para, não para o caos, mas ter dias agitados como até hoje tem, e poucos acreditando na sua viabilidade. Acredito na viabilidade do partido.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, estou talvez não na situação de José Sarney; mas é que com todo carinho, com todo amor que eu dedico aos meus companheiros de partido de ontem, fomos para a Frente Liberal, não para aproveitar o patrimônio que o Governo Estadual nos oferece: porque sabemos que a luta é renhida.

Deputado Nelson Buffara, depois de escutar os companheiros do Interior; os homens que pela quinta vez nos trouxeram, para cá, admitir que, uma palavra que ele tivesse falado, fosse leal, fosse sincera. E tenho plena certeza de que os Srs. Deputados do PMDB concordam comigo; nenhum deles se atreve talvez a dizer, da tribuna desta Casa, o que eu estou dizendo, e não quero comprometê-los, também, eu falo, genericamente. Mas, aguardem, Srs. Deputados, 180 dias, seis meses de Governo. Permita Deus que eu esteja errado. Aguardem, para ver o descalabro do Governo que vai ser imprimido por José Sarney!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador). depois de auscultar os companheiros que nos orientam, queria que Vossa Excelência não me comparasse com o homem que abandona a fileira, mas, mas comparasse com o homem que está do lado dos companheiros também do PDS, que sofremos, Deputado Nelson Buffara, conforme Vossa Excelência, não tínhamos outra alternativa a não ser essa, porque o PDS é um grande partido, mas infelizmente, infelizmente, Deputado Nelson Buffara, pela sábia voz do povo nós fomos orientados, passo para acompanhar o decano da Assembléia Legislativa, Deputado Escorsin, acompanhar, Deputado Nelson Buffara, os homens que dizem que a política é evolutiva, e Vossa Excelência que eu respeito, com a admiração que lhe dedico, como dedico aos demais Deputados do PDS, o respeito, queria que Vossa Excelência visse, queria que Vossa Excelência analisasse o constrangimento mas o imperativo do Deputado que é obrigado a vir para, Deputado Nelson Buffara, fazer a vontade de seus companheiros.

Dizíamos nos, hoje de manhã, que a política é evolutiva e quero que compreenda que, talvez, não que eu seja advogado de José Sarney, talvez, Deputado Nelson Buffara, aquela grande palavra do adágio: — “Errar é humano, perdoar é divino”, se nós erramos, se Vossa Excelência errou, se

nós tivemos o infortúnio de perder as eleições, no Paraná, haveremos de pedir perdão aos nossos companheiros, hoje, estou gratificado pelas palavras do Deputado Erondy Silvério e pediria a Vossa Excelência, não querendo implodir o PDS, vinde a nós, vinde aos companheiros, Deputado Nelson Buffara, porque fora da Frente não existe salvação, e dizia que é para Frente que o galo canta.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA – Deputado Gabriel Manoel, jamais haveria de compará-lo com José Sarney.

Vossa Excelência, como disse o Deputado Erondy Silvério, e disse muito bem, foi uma lamentável perda que teve o PDS e uma grande aquisição que teve a Frente Liberal.

Jamais haveria de querer comparar o seu comportamento, Vossa Excelência foi um seguidor do partido, sempre foi leal, honesto, muito bem intencionado. Critico e continuarei criticando José Sarney, porque ele presidiu o partido, comandou a recusa da eleição direta, naquela ocasião e eu não posso conceber que hoje, ele agraciado, recebendo de bandeja, a Presidência da República, não dê condições para que haja uma redução de seu mandato, e em 1986, o que seria ideal possamos ter, o que seria o ideal, Deputado Gabriel Manoel, eleições diretas!

Ele mesmo, espontaneamente, tinha que iniciar o movimento que culminasse, em 1986, com a eleição direta para Presidente da República. E evidente que ele não faz isso! Ele hoje, é o homem, a máxima autoridade, o Presidente da República, e ele entende que hoje o seu mandato possa ser reduzido para 4 anos, jamais para 2 ou 3.

Mas, não acredito em José Sarney, ele, para mim, é o símbolo da falsidade. Eu, quando vi a sua fisionomia na televisão, nos momentos cruciante que nós atravessávamos, sentia, conseguia interiorizar-se nele e via a falsidade e via nele alguém que queria que o homem morresse para que ele assumisse a Nação.

E ele se dizia trêmulo, inseguro, um político profissional como ele?

Eu não posso acreditar!

Mas, por mais boa vontade que eu tenha, Deputado Gabriel Manoel, da sinceridade dos seus propósitos, portanto, repilo veemente, energicamente, toda e qualquer iniciativa que parta de José Sarney no que diz respeito à ascensão dele à Presidência da República, que teria se dado em circunstâncias trágicas – tudo bem, evidentemente deu-se, em circunstâncias trágicas, mas, era o que ele mais queria, Deputado Gabriel Manoel. A satisfação do Vice, é a desgraça do titular!

O Sr. Jorge Maia Filho – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, queria que Vossa Excelência complementasse seu discurso, e se não o fizer, me concedesse a satisfação de fazê-lo, eis que acho que, a derrota do PDS no Colégio Eleitoral, deve-se a uma pessoa cujo nome Vossa Excelência não citou, que é o grande culpado dessa derrota, o ex-Presidente João Baptista Figueiredo.

O SR. NELSON BUFFARA – João Figueiredo, concordo com Vossa Excelência.

O Sr. Jorge Maia Filho – Aproveitando o ensejo, dizer também que, desde que passei a ser fundador - não troquei de partido, passei a ser fundador da Frente

Liberal – não tive oportunidade de fazer um pronunciamento nesta Casa, então, deixar o esclarecimento a Vossa

Excelência de que, algo muito em comum nos une, porque estivemos em uma luta, em uma batalha renhida, tentando a eleição do ex-candidato Dr. Paulo Maluf, o qual considero e tem toda a minha amizade; inclusive queria dizer a Vossa Excelência, que tenho a impressão que fui o único Deputado do Paraná a estar presente, no dia 15 de março, na Sala do Congresso, assistindo a já prevista derrota do Deputado Paulo Maluf, e que, estamos, tanto eu quanto o Deputado Gabriel Manoel, e os outros Deputados da Frente Liberal, não, de forma alguma, traindo, ou contra o PDS, porque foi graças ao PDS que temos nosso mandato hoje, aqui nesta Assembléia, estamos sim, tentando uma maneira de sobrevivência, na fundação de um novo partido.

Esperamos que Vossa Excelência reflita sobre isso também, e, de público deixo o nosso convite, para que ingresse em nossas fileiras, e não deixando jamais, de acusar o grande causador dessa derrota, o ex-Presidente João Baptista Figueiredo.

Finalizando, desejo deixar aqui o meu apreço, em qualquer lugar e em qualquer posição, e a minha lealdade partidária, ao Dr. Paulo Maluf!

O SR. NELSON BUFFARA – Concordo plenamente com Vossa Excelência nas colocações que faz, imputando a maior responsabilidade à derrota do PDS, ao ex-Presidente João Figueiredo, mas, eu dizia, Deputado Jorge Maia, e faço uma confissão, desta tribuna, ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, que, se fosse Presidente do Brasil, Tancredo Neves, eu seria o primeiro Deputado do PDS, Partido de Oposição, a tentar fazer com que houvesse um consenso na nossa bancada para que todos os Deputados, nós todos Deputados Estaduais, forçassemos os Deputados Federais, a irmos de encontro a Tancredo Neves, para que ele tivesse facilidade em cumprir suas promessas feitas em campanha, porque, realmente, esse homem tem um passado que o recomenda!

Portanto, não sou radical, nunca fui, não é do meu feitio, na minha filosofia política não existe a expressão radical, eu transijo. Mas, não transigirei com Sarney!

Portanto, de nada vale o que estou falando aqui aos Srs. Deputados, as minhas palavras cairão no vazio, porque, o que importa a José Sarney, que Nelson Buffara, um modesto Deputado aqui do Litoral, esteja a criticá-lo? Ele não vai nem tomar conhecimento das minhas críticas, mas faço isso, num desabafo, tenho uma profunda mágoa, um grande constrangimento dentro de mim, porque eu, quando via sua expressão no visor da minha televisão, sentia o superlativo da falsidade! Não posso, em sã consciência, admitir que, uma palavra que ele tivesse falado, fosse leal, fosse sincera! E tenho plena certeza de que os Srs. Deputados do PMDB concordam comigo; nenhum deles se atreve talvez a dizer da tribuna desta Casa, o que eu estou dizendo, e não quero comprometê-los, também, eu falo, genericamente. Mas, aguardem, Srs. Deputados, 180 dias, 6 meses de Governo. Permita Deus que eu esteja errado. Aguardem, para ver o descalabro do Governo que vai ser imprimido por José Sarney!

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) – Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA.

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja incluído ao Projeto de Lei n.º 32/85 de autoria deste Parlamentar, os documentos em anexo, abaixo relacionados: Ofício remetido, Coletânea de fotos, Correspondência recebidas, Decreto Presidencial, Cópias de documentos pessoais e Contrato de compra.  
À Diretoria Legislativa para juntar ao Projeto referido.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. – **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. – **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho, na qualidade de Líderes do PMDB, do PDS e do PFL, respectivamente, constante do expediente, solicitando seja suspensa a sessão do dia 02 do corrente para que, neste dia, sejam realizados reuniões das Comissões Técnicas. – **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao Inciso II do Art. 17, da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/82, (Ter completado vinte e um anos de idade com menos de trinta e cinco anos). Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade e com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por unanimidade.

Em discussão. Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. – **Aprovado o Substitutivo Geral.**

3º DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 153/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que autoriza o Poder Executivo doar área de terra constituída do lote urbano n.º 9 da quadra n.º 15, à ACAS-ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS, com sede e foro na Cidade de Cascavel, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3º DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 285/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SIQUEIRA CAMPOS”, com sede e foro na Cidade de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3º DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 16/85, de autoria do PODER EXECUTIVO – (Mensagem n.º 02/85), que objetiva aplicar, na concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, os critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei n.º 7.297,

de 08/01/80, com a redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04/07/84. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDA AO PLENÁRIO. Emenda – **Aprovada.**  
Projeto – **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 213/84, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que dispõe sobre o preenchimento de cargos nos Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 294/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina “VICTÓRIO FRANCOVIG”, a Rodovia que liga o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina, à PR - 445 (Rodovia Celso Freitas Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 303/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina “ARTHUR HOFFIG”, o trecho da Rodovia PR - 160, que liga os Municípios de Sertaneja e Congonhinhas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 307/84, de autoria dos Deputados AMÉLIA HRUSCHKA, NILSO SGUAREZI, DIRCEU MANFRINATO E OUTROS, que estabelece a obrigatoriedade de criação de Creches em Repartições Públicas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo do PMDB, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 307/84, que estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em repartições públicas, da Ordem do Dia pelo prazo de 10 (dez) sessões. – **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 307/84 por por 10 (dez) sessões.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 320/84, de autoria do Deputado JORGE AMIN MAIA FILHO, que denomina RODOVIA BELIGNLE PANTANO o trecho da PR - 539 entre Marilândia do Sul e Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n.º 168/84, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, que objetiva reformular a Estrutura dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Com PARECERES da C.C.J., C.F. e C.R.H., FAVORÁVEIS AO SUBSTITUTIVO GERAL apresentado pela C.C.J. e com EMENDA da C.R.H., por unanimidade. (ANEXO: Mensagem n.º 56/85, de 11/03/85, do Excelentíssimo Sr. Governador, com a Mensagem Aditiva ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 168/84, reiterando a apreciação da matéria).

(Publicado no D.A. n.º 65, de 1º/08/84).

Of. n.º 101/84.

Curitiba, em 29 de fevereiro de 1984.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Minuta de Anteprojeto de Lei, documento que consolida as diretrizes da reformulação orgânica e funcional do Tribunal de Contas do Estado e se constitui em instrumento hábil para o pleno desenvolvimento da função controladora cometida a esta Corte.

A constante adaptação a novas condições impostas por uma realidade administrativa altamente mutável e dinâmica animou-nos a iniciar trabalho de remodelação operacional desta Casa e que, nas suas grandes linhas, alcançasse a modificação de sua estrutura administrativa, planos de trabalho e a renovação do homem.

O acréscimo considerável de encargos e atribuições decorrentes da ampla legislação editada ao longo dos últimos anos representou novas frentes de trabalho no contexto das atividades da Instituição e bem assim a necessidade de ajustes na organização, materializados pela estruturação de setores administrativos específicos, com mecânica funcional suficiente para enfrentar tão vasto, complexo e especializado campo de atuação.

A proposta ora remetida visa também a, em essência, adequar os padrões salariais dos servidores deste Tribunal àqueles adotados pelo Poder Legislativo, objeto das Leis Estaduais n.ºs 7.784, de 14 de dezembro de 1983 e 7.807, de 23 de dezembro de 1983, como forma de estabelecer simetria à política de pessoal adotada para funções assemelhadas dos sistemas implantados por essas normas legais.

O contexto elaborado representa importante etapa da remodelação desta Corte, à luz das injunções constitucionais e legais editadas para a sistemática fiscalizadora e, ainda que não tenha atingido o grau de perfectibilidade ideal, traduz o consenso dos membros desta Instituição e o melhor instrumento para o objetivo buscado de aperfeiçoamento do trabalho do Tribunal.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito e apreço.

CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA,  
Presidente.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 168/84

##### PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 142/84, o Projeto de Lei n.º 168/84 objetiva reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como promover alterações em seu quadro de pessoal efetivo e adotar providências correlatas.

A matéria, indiscutivelmente é de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, incluída que está entre as competências que lhe são atribuídas pelo art. 47 da Constituição Estadual. Sob este aspecto, portanto, nada há que se possa objetar.

Quanto ao mérito, no entanto, verifica-se que o mencionado projeto, ao reformular a estrutura administrativa do Tribunal de Contas, o faz de maneira tão pronunciada que poderia, eventualmente, acarretar distorções no próprio funcionamento daquele egrégio Tribunal. Merece, por consequência, um exame mais acurado

e detalhado por parte do próprio Tribunal de Contas, do Executivo e deste Legislativo.

Nestas condições, não se podendo negar àquele órgão um justo anseio de modernização de sua estrutura administrativa, opinamos pela aprovação, na forma do substitutivo que anexamos.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;  
ANIBAL KHURY – Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 168/84

Art. 1.º – O Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná passa a ser o constante do Anexo I, da presente Lei.

Art. 2.º – A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento.

Art. 3.º – Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimentos.

Art. 4.º – Os cargos de provimento em comissão, previstos no anexo II, da Lei n.º 7.077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3.

Art. 5.º – Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria de Comunicações e Relações Públicas e as Coordenadorias de Processamento de Dados, Engenharia, Ementário e Jurisprudência e Assistência ao Plenário.

Parágrafo Único – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal, 02 (dois) cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-3, e 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Art. 6.º – Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A-Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único – O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A – Referência I, é fixado em Cr\$ 667.348 (seiscentos e setenta e sete mil e trezentos e quarenta e oito cruzeiros).

Art. 7.º – O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento), na referência II, 4% (quatro por cento) na referência III e 6% (seis por cento) na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A – Referência I.

Art. 8.º – A elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentada por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo

idem 20.03.85  
OK  
Luz

de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Art. 9º – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do art. 6º.

Art. 10 – O art. 15, da Lei n.º 7.077/79 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 – A Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração, e será dirigida por um Diretor, símbolo DAS-3”

Parágrafo Único – Ficam mantidas as demais disposições da Lei n.º 7.077, de 03 de janeiro de 1979 e 7655, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.

Art. 11 – Fica incluído na Tabela II, do Anexo V, da Lei n.º 7655/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo mesmo valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art. 12 – Ficam extintos os cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Serviço, código TC-AD-302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei n.º 7665/82.

Art. 13 – Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Oficial de Controle, código TC-AM-200, nível 9, em um cargo de provimento efetivo de Médico, Classe A, Referência I, este já previsto no Anexo II, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprove ter o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 14 – Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas 14 (quatorze) Funções Gratificadas, símbolo 1-F, correspondentes a Chefe de Divisão que serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços.

Art. 15 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos do Quadro Próprio do Tribunal de Contas, mediante Decreto e sob proposta do Tribunal, desde que esta transformação não implique em aumento de despesa.

Art. 16 – As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 17 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;

ANIBAL KHURY – Relator.

Apoioamento:

Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Hermas Brandão, Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa e Jorge Maia Filho.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 168/84

PARECER:

A intenção do Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 142/84, é reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como, promover alterações em

seu quadro de pessoal efetivo e adotar providências correlatas.

Objeto de apreciação pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a presente proposição mereceu receber o indispensável parecer favorável, porém, com ressalvas, consubstanciadas em um Substitutivo Geral.

No que deve esta Comissão de Finanças opinar, é válido evidenciar o elevado mérito das medidas propostas, que visam a modernização administrativa daquele Egrégio Tribunal de Contas, que lhe permitam um melhor desempenho de suas funções fiscalizatórias. Além do mais, o artigo 17, do Projeto de Lei - artigo 16, do Substitutivo Geral da C.C.J. - fixa que as despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Neste sentido, e considerando que a origem da proposição assegura o prévio exame acerca dos recursos necessários à sua implementação, achamos oportuno manifestar o nosso parecer favorável ao referido Projeto de Lei, porém na forma proposta pela C.C.J., conforme Substitutivo Geral supracitado.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

Ezequias Losso – Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 168/84

PARECER:

O Projeto de Lei n.º 168/84, originou-se da Mensagem Governamental n.º 142/84 e tem como objetivo a reestruturação dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, promovendo, inclusive, alterações em seu Quadro de Pessoal Efetivo.

Examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável, não lhe sendo imputado qualquer vício de natureza constitucional ou legal, tendo sofrido, contudo, alterações na forma do substitutivo apresentado.

Do exame da matéria, somos obrigados a concluir que comungam com o parecer do relator anterior, com único reparo: no Art. 9º, do substitutivo apresentado por aquela douta Comissão não constam os critérios para o preenchimento dos cargos ali criados, motivo pelo qual apresentamos a emenda anexa que tem por objetivo, obedecendo ao espírito do que consta na mensagem original, dirimir quaisquer pendências que possam futuramente surgir sobre a matéria.

Nestas condições, incluída a emenda acima referida, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1984.

(a) ODENO MONGRUEL – Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 168/84  
Ao Art. 9º do Substitutivo da Comissão de

Constituição e Justiça, acrescente-se o seguinte parágrafo:

“Parágrafo Único – Os cargos de Consultor Técnico de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, obedecidos os critérios de desempenho funcional,

idem 20.03.85

(OK)

OK



formação profissional e tempo de serviço.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL – Presidente e Relator.

Apoioamento:

Augusto Carneiro, Edgard Pimentel, Ezequias Losso e Ferrari Júnior.

Mensagem 01/85

Curitiba, 11 de janeiro de 1985.

Senhor Presidente.

Através do presente expediente, venho à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a Mensagem n.º 142/84, com o respectivo anteprojeto de lei, seja restituída a este Poder Executivo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Mensagem 56/85

Curitiba, 11 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Através de Mensagem n.º 142/84, de 13 de julho de 1984, encaminhei a essa Augusta Casa de Leis, anteprojeto de lei objetivando reformular a estrutura administrativa do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Tal proposição teve origem em expediente que me foi encaminhado pelo então presidente daquela Corte de Contas.

Atendendo ponderações do Conselheiro Armando Queiróz de Moraes, atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, no sentido da necessidade de reexame da medida, solicitei a essa Casa de Leis, via Mensagem n.º 01/85, a restituição da matéria, que já havia sido convertida em Projeto de Lei sob n.º 168/84, conforme Substitutivo apresentado pelo Relator Deputado Anibal Khury, da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado, também, pelas Comissões de Finanças e de Recursos Humanos.

A anexa cópia autêntica do Ofício n.º 233/85, de 06 do corrente mês, da Presidência do Egrégio Tribunal de Contas, consubstanciando o resultado da nova análise procedida, adota os termos do supracitado Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com algumas alterações conforme menciona, todas simplesmente visando atualização ou melhor explicitação de dispositivos do Projeto e, portanto, não implicando, a rigor, em alterações de vulto.

Assim, Senhor Presidente, tenho a honra de fazer retornar o assunto a essa Augusta Casa de Leis, para seguir normal tramitação, na forma do Projeto de Lei n.º 168/84, mantidos os respectivos anexos e com as sugestões da Presidência do Tribunal de Contas, conforme seu Ofício n.º 233/85.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

Of. n.º 233/85

Curitiba, 06 de março de 1985.

Excelentíssimo Senhor Governador.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a inclusa minuta de Mensagem Aditiva em que se propõe alterações de dispositivos do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 168/84, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, já aprovado pelas Comissões regulamentares da Assembléia Legislativa do Estado.

Em sentido geral, as modificações foram as seguintes:

Art. 6.º – .....

Parágrafo Único – O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I Classe A – Referência I é fixado em Cr\$ 1.185.359 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil e trezentos e cinquenta

e nove cruzeiros).

A nova redação do parágrafo objetivou, tão somente, atualizar os valores anteriormente estabelecidos no texto primitivo, para deixá-los de acordo com as tabelas vigentes.

Art. 9.º – .....

Parágrafo Único – Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

A redação ora proposta visa a proporcionar maior objetividade e clareza de entendimento quanto à forma de a Presidência do Tribunal de Contas baixar os atos necessários ao preenchimento das vagas, em se considerando que a redação do Substitutivo Geral é omissa quanto à maneira de provimento.

Art. 10 – .....

Parágrafo 1.º – Para os efeitos do caput deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, símbolo DAS-3.

A redação dada pelo Substitutivo Geral, embora afirme que a Diretoria seria dirigida por um Diretor, símbolo DAS-3, não deixa clara a criação do respectivo cargo.

Cabe salientar, também, que o Parágrafo Único, do artigo 15, com a nova redação que lhe dá o artigo 10 do Substitutivo Geral, passa a ser Parágrafo 2.º.

Tais transformações, Senhor Governador, são essenciais ao aperfeiçoamento do texto original, não importando em alterações substanciais no seu modelo primitivo, nem configura despesas que não estivessem implicitamente contidas na mensagem inicial.

Anexo, segue, igualmente, a forma pela qual as modificações passariam a integrar a redação final do Substitutivo.

Ante o exposto, rogo a Vossa Excelência o encaminhamento do expediente àquela Augusta Casa de Leis, em cumprimento aos preceitos constitucionais erigidos para a espécie e indispensável à complementação do processo legislativo pertinente.

Na oportunidade reafirmo a Vossa Excelência expressões de destacado apreço.

(a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES

Presidente

MENSAGEM ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL  
AO PROJETO DE LEI Nº 168/84



Art. 6º — .....

Parágrafo Único — O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I - Classe A - Referência I é fixado em Cr\$ 1.185.359 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e nove cruzeiros).

Art. 9º — .....

Parágrafo Único — Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 10 — O artigo 15, da Lei nº 7.077/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 — A Assessoria Técnico-Jurídica fica transformada em Diretoria e a esta compete, basicamente, as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração, e será dirigida por um Diretor, símbolo DAS - 3.

Parágrafo 1º — Para os efeitos do “caput” deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, símbolo DAS-3.

Parágrafo 2º — Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 7.077/79, de 03 de janeiro de 1979 e 7.665/82, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.  
Em discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, uma questão de ordem baseada no § 4º do Artigo 123 do Regimento Interno, que estabelece o seguinte:

“A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder, atribuições privativas do Poder Legislativo”.

Suportada ainda a questão de ordem, pelo § 4º do Artigo 128 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

“Não será considerado objeto de deliberação, o Projeto manifestamente contrário aos dispositivos da Constituição e aos interesses do Estado”.

Senhor Presidente, eu tenho visto por parte da Mesa Diretora desta Casa, manifestações retóricas de devolução das prerrogativas do Poder Legislativo. Quero oferecer à Mesa, nesta ocasião, a oportunidade para que realize este desejo, expressado repetidas vezes nos rádios, nos jornais, nas TVs, transformando a sua intenção numa prática alteradora da realidade.

A proposta da reforma administrativa do Tribunal de Contas é inconstitucional quanto à iniciativa. Sendo na nossa organização constitucional o Tribunal de Contas um órgão do Poder Legislativo, órgão autônomo, porém, vinculado ao Poder Legislativo, cabe à Assembléia Legislativa, conforme estabelece o artigo 22 da nossa Constituição Estadual no seu item 14º privativamente propôr projetos de lei que criem ou extingam cargos nos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

O artigo 27 da Constituição Estadual, estabelece no seu parágrafo 1º: Não poderão ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, nem leis que dependem da iniciativa do Poder Judiciário.

Se o Tribunal de Contas fosse realmente um Tribunal e não o é, por não ter poder julgante, poder-se-ia aplicar a ele por analogia a prescrição do artigo 91 da Constituição Estadual que assegura ao Tribunal de Justiça o direito de propôr ao Poder Legislativo a alteração de sua organização. Se reconhecermos que embora órgão do Poder Legislativo o Tribunal de Contas é autônomo, reconheceremos o direito de propôr à Assembléia e não ao Executivo sua reforma administrativa.

E é exatamente o que determina o artigo 41 da Constituição Estadual, quando se remete ao artigo 115, da Constituição Federal, na sua alínea 2ª. E o artigo 115, da Constituição Federal, ao qual esta Assembléia é remetida na análise do assunto pela própria Constituição Estadual, diz o seguinte: Cabe aos Tribunais de Contas organizar seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei. Propor ao Poder Legislativo e não ao Executivo, Sr. Presidente, a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.

O projeto em tela é produto de uma Mensagem inconstitucional e deve, na forma do artigo 123, § 4º do Regimento Interno e artigo 128, também § 4º, ser retirado da Ordem do Dia, aliás, esta também, é a opinião definitiva do Supremo Tribunal Federal, Diário de Justiça de 8/9/71, Tribunal Pleno, ao analisar um assunto que se refere ao Estado de Alagoas.

Texto: Tribunal de Contas Estadual — Exercício das atribuições previstas no artigo 115 da Constituição — Inconstitucionalidade parcial do § 1º, do artigo 50 da Constituição do Estado de Alagoas, no ponto em que subordina o Tribunal a iniciativa do Governador para propôr ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e dos seus serviços auxiliares e a fixação dos respectivos vencimentos.

Tribunal de Contas Estadual — exercício das atribuições previstas no artigo 115 da Constituição Federal. “Mas, não é só por isso que a matéria é inconstitucional.

A Mensagem do Tribunal de Contas que nos vem por intermédio do Poder Executivo, dá ao Governador no seu artigo 16: direito de criar e extinguir cargos no Tribunal de Contas por decreto, revogando o Poder Legislativo, extinguindo esta Assembléia. E avança no direito que tem todo cidadão, de ocupar cargos públicos, de se submeter a concursos públicos no momento em que seu artigo 14º transforma um cargo de datilógrafo em cargo de médico, dando ao ocupante do cargo anterior 30 dias para provar a sua habilitação profissional e fazer a opção.

Este artigo, Sr. Presidente, só não vem acompanhado da fotografia 3/4 a cores do beneficiário.

É a oportunidade desta Mesa, de transformar o verbo em ação. É o momento de assegurar a independência do Poder Legislativo. Sr. Presidente, como dizem os padres ao celebrarem os casamentos, como dizem as pessoas que na oportunidade da celebração podem colocar alguma objeção. Garanta a Mesa a independência do Poder Legislativo, faça-o agora ou cale-se para sempre!

Era esta a Questão de Ordem que eu espero ver acatada por esta Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos com atenção o pronunciamento do eminente Deputado Roberto Requião, em que faz a defesa da tese de que o Poder Executivo não é competente para propor à Assembléia Legislativa a reestruturação do quadro do Tribunal de Contas.

Há, porém, Sr. Presidente, a considerar o que expressamente dispõe o artigo 25 da Constituição Estadual vigente, que diz o seguinte:

“Artigo 25 — A iniciativa das Leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais Estaduais nos casos previstos nessa Constituição”.

Notem agora o parágrafo 1.º: “É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que, alínea A, disponham sobre matéria financeira, alínea B, criem cargos, funções, ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública, alínea C, disponham sobre Servidores Públicos do Estado seu regime jurídico, provimentos de cargos, estabilidade, aposentadoria, etc...”

Mais adiante, Sr. Presidente, no parágrafo 2.º do mesmo artigo 25, na alínea B, observa-se que a Assembléia Legislativa ou a Mesa da Assembléia Legislativa, nem se quer pode receber emendas que possam aumentar as despesas pública, naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa e dos Tribunais Estaduais.

Ora, se é a Assembléia competente para receber diretamente do Tribunal de Contas, como a Constituição não vai admitir emenda que aumente a despesa pública? É clara a observação de que cabe, efetivamente, ao Sr. Governador a iniciativa das Leis que criem cargos na Assembléia Legislativa e nos Tribunais, segundo o que dispõe o Artigo 25 e mais o Artigo 35 da Constituição, corroborado, portanto, pela alínea B, do parágrafo 2.º, do Artigo 25. — (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PERSIDENTE (Anibal Khury) — Pela ordem, o Deputado Airton Cordeiro. Em seguida falará o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, eu apenas gostaria de apresentar à Mesa a seguinte sugestão: que esta matéria retorne à Comissão de Constituição e Justiça, e que os argumentos levantados pelo Deputado Roberto Requião sejam então analisados pela Comissão que deve apreciar a juridicidade e a constitucionalidade das matérias constantes da Ordem do Dia. Sugestão, Senhor Presidente, que eu faço

inclusive em respeito da preocupação do Deputado Roberto Requião que estudou a matéria, como da mesma forma em respeito à própria contestação que faz o nobre Deputado Ezequias Losso, a fim de que o Poder possa se afirmar e se autodefinir realmente como Poder Legislativo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Mensagem do Governador em que está inserido o problema de uma Mensagem Aditiva ao Substitutivo Geral da Lei n.º 1.684 retirando a apresentação da matéria, é, Senhor Presidente, uma Mensagem estritamente democrática; estritamente democrática, Senhor Presidente, porque quando votávamos a Mensagem concernente ao Tribunal de Justiça, o Deputado Roberto Requião e nem mesmo o Deputado Airton Cordeiro pediram para que se devolvesse para as Comissões. E é uma anomalia, é um desrespeito a esse Poder, Senhor Presidente, porque quem pode mais chora menos, Senhor Presidente.

Não sou, Senhor Presidente, um radical, mas vejo o radicalismo nos Senhores Deputados porque é altaneiro que o Sr. Governador do Estado nos mande, embora o Deputado Roberto Requião tenha alergia pelo Tribunal de Contas, porque nós não sabemos o seu motivo.

Como pode dois processos paralelos: um do Tribunal de Justiça que não houve réplica, e o Deputado Roberto Requião, se estivesse aqui, teria votado — não sei se votou — tranqüilamente como nós, como cordeirinhos. Agora, no seu trauma contra o Tribunal de Contas, que não sabemos o que existe de certo no âmago de sua consciência, quer tumultuar, Senhor Presidente, e tirar desta Assembléia a legitimidade de votarmos um projeto sem que se devolva às Comissões, porque já viera das Comissões. Esse projeto já veio, Senhor Presidente, aprovado pelas Comissões e enviado pelo Governador do Estado.

Aqui, Senhor Presidente, eu queria dizer a Vossa Excelência e aos meus nobres Pares, não devemos fazer fatos mezinhas. Não podemos, Deputado Roberto Requião, trazer aqui picuinhas pessoais, como já disse. Não traga mais aqui, porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Imprensa do meu Paraná, estamos servindo de manobra para um simples capricho de um Deputado.

Não poderemos tolerar e não haveremos de tolerar. Vejam bem, Senhores Deputados, o vexame que nós vamos passar. Ou vota-se a favor ou vota-se contra sem se devolver, Senhor Presidente. Porque devolver para as Comissões se já viera o projeto e o apenso com o Parecer das Comissões por um simples capricho, por um capricho de um Deputado que merece a nossa honra, mas que votou. Trarei aos Anais desta Casa um projeto similar do Tribunal de Justiça.

Como pode, Sr. Presidente? Como podemos

enfrentar seriamente o povo do Paraná, se hoje dizemos uma coisa e ontem fizemos outra? Faria uma pergunta ao Deputado Roberto Requião, se não votarmos para o Tribunal de Justiça, uma matéria similar a esta, se fizermos ao contrário, estaremos nos expondo ao ridículo por manobras, Sr. Presidente, que queria, neste momento, com a devida vênia, com respeito ao Deputado Roberto Requião, a Vossa Excelência, que me dêem o que foi feito com o projeto do Tribunal de Justiça. Será que foi mesmo dos Desembargadores? Será, Sr. Presidente, que naquela hora, por um cochilo do Deputado Roberto Requião, ele não quis contrariar o Tribunal de Justiça?

Pois iremos à barra da Justiça para dizer que o Deputado Roberto Requião está errado, porque na hora que era preciso, ele deveria ter protestado contra o Tribunal de Justiça, para que não pensássemos, como dizia Getúlio Vargas, "que a sanha dos inimigos não nos atinja.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Tem a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo posicionar-me no sentido de que este projeto de lei seja retirado da Ordem do Dia, para que seja de fato ouvida novamente a Comissão de Constituição e Justiça. Já que além do que acabamos de ouvir do nobre Deputado Roberto Requião, e atendendo inclusive a sugestão do não menos nobre Deputado Ailton Cordeiro, possa a Comissão de Constituição e Justiça analisar a nova mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, que foi encaminhada agora, recentemente, e que altera, fundamentalmente o projeto de lei originário; inclusive altera o Substitutivo Geral de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, além disso, eu acredito que este projeto deve, evidentemente ser retirado da Ordem do Dia por uma questão de corrigirmos o que acaba de ser cometido contra a Bancada do PMDB, que estava analisando este projeto. Como todos devem estar recordados, pelo menos no que tange à nossa bancada, este projeto foi alvo de estudos aprofundados por uma Comissão Interna da Bancada, composta por este Deputado, pelo Deputado Roberto Requião e pelo Deputado Anibal Khury. Pessoalmente, aprofundi-me neste projeto e apresentei à nossa bancada uma proposta para que alterássemos este projeto de lei, a fim de que nos ativéssemos apenas aos aspectos relativos ao aumento salarial do funcionalismo efetivo da Casa, do Tribunal de Contas, refiro-me. E que deixássemos o problema da reestruturação do órgão, com a criação de novos órgãos internos do Tribunal, e novos cargos, depois que uma Comissão Interpartidária desta Casa pudesse analisar a adequação da estrutura do Tribunal de Contas às importantes e amplas funções deste mesmo Tribunal.

A bancada estava a analisar o problema e não tomou uma decisão quanto à nossa proposta. Estávamos

para tomar esta decisão justamente na semana em que tivemos que suspender as sessões desta Casa em virtude do falecimento do Presidente eleito, Tancredo Neves. A bancada estava a discutir o processo. E foi com surpresa que este Deputado, e por certo todos os demais, foram surpreendidos na data de ontem com a inclusão deste Projeto de Lei na Ordem do Dia, afrontando inclusive o trabalho que a bancada está a desenvolver. Se não retirarmos este projeto da Ordem do Dia, penso eu que não há mais necessidade da realização de estudos por parte da bancada para que cada partido, através da sua bancada venha ao plenário, com uma posição uniforme em relação as matérias em debate nesta Casa.

É uma indignidade com a Bancada do PMDB a inclusão desta matéria na Ordem do Dia, sem que a bancada pudesse decidir sobre o seu comportamento em plenário e sobre o encaminhamento desta matéria de elevada importância.

Por isso mesmo somos favoráveis à posição colocada à Mesa pelo Deputado Ailton Cordeiro, que essa matéria seja devolvida à Comissão de Constituição e Justiça, dando-a mais tempo, para que a Bancada do PMDB possa definir a sua posição, porque se assim não for, não há mais necessidade de bancadas, não há mais necessidade de lideranças em plenário e cada Deputado que haja individualmente de acordo com o seu pensamento pessoal.

Fica a minha posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, favorável à retirada desta matéria, para que ela possa ser mais aprofundamente analisada.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa vai decidir a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Roberto Requião. A matéria é polêmica, há dispositivos na Constituição Estadual em cuja tese o Deputado Requião se aliou e há matéria que corresponde a verdade dos fatos.

A Mesa decidirá a Questão de Ordem na próxima sessão.

A Mesa quer informar ao nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, que a Assembléia é constituída de várias bancadas e a requerimento do Deputado Ezequias Losso, é que a matéria retornou à ORDEM DO DIA porque tinham decorridas as dez sessões previstas pela retirada anterior. É a satisfação que eu queria dar a Vossa Excelência.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 330/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de ALBERTO BAGGIO, o trecho da PR-559, que liga o Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 126, de 23 de novembro de 1984).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 330/84

##### PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado ANIBAL KHURY, denomina de "ALBERTO BAGGIO", o trecho da Rodovia PR-559, que liga o

Município de Paraíso do Norte ao Município de Mirador.

A matéria não possui nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que não permita o seu trâmite.

Por outro lado, a justificativa apresentada pelo autor deixa evidente a justeza da homenagem, a esse paranaense da Lapa, que se radicou e contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da região noroeste do Estado.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de março de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Éros de Oliveira Benedetti, ocorrido no Município de Jacarezinho. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aureliana Cruz Rocha, ocorrido no dia 24 de abril do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Oscar Reinold Geyer e Carlos Oscar Geyer, ocorridos no dia 26 de abril do corrente ano. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Oscar Reinold Geyer e Carlos Oscar Geyer, pai e irmão do Prefeito Municipal de Bituruna. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio de Almeida e Silva, ex-Vereador do Município de Londrina. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Barbur, ocorrido no dia 26 de abril do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agenor Garutti, empresário do Município de Londrina. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agenor Garutti, ocorrido no dia 29 de abril do corrente ano, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori

Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Aldenucci, ocorrido no dia 27 de abril do corrente ano, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Almeida e Silva, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Newton Leopoldo Câmara, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Capitão Pinheiro Assis Cordeiro, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 39.º aniversário do Município de Pirai do Sul. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a transformação do Projeto de Lei n.º 215/84, de sua autoria, em sugestão ao Sr. Governador do Estado. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final ao Projeto de Lei n.º 117/84, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Dom Pedro Casaldáglia. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 56/85, que objetiva elevar para 170% o índice percentual fixado no Art. 15 da Lei n.º 8.069, de 28/12/84. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 26/85, oriundo da Mensagem n.º 71/85. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei n.º 59/85 e de Resolução n.º 39/85, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Risoleta Tolentino Neves e que denomina um próprio do Poder Legislativo de Presidente Tancredo de Almeida Neves, respectivamente. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial

intitulado "Decisão Paranaense Sobre Segredos".

publicada no Jornal Gazeta do Povo. — **Aprovado.** —

À Diretoria Legislativa. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto aos termos do Editorial de Concorrência para a realização da primeira etapa das obras da usina hidrelétrica de Salto Segredo. — Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conglomerado BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Guaraci. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um posto de saúde no distrito de Campineiro do Sul, Município de Grandes Rios. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de minipostos de saúde nos Distritos de São Luiz, Cristo Rei, Pinheiro e Faraday, no Município de Capanema. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Rio Bom. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, encarecendo para que a agência bancária não seja revertida para posto de serviços no Distrito de Diamante do Oeste, em Matelândia. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a transformação do posto avançado do Município de Santa Helena em agência bancária. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidentes do INCRA e ITC, encarecendo a definição de qual órgão é responsável pela titulação daquela área, bem como que aquele que

tiver as terras sob sua responsabilidade, promova a titulação das mesmas. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo a construção de um busto do Sr. Presidente Tancredo Neves, na Rua Luiz Xavier, local do primeiro Comício pelas eleições diretas. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo elevação da Comarca de Cascavel à Entrância Final, bem como a criação dos Distritos Judiciários de Juvínópolis e Lindoeste e de uma Vara de Execução para atendimento da região Oeste do Estado e de uma Vara de Menores isolada na Comarca de Cascavel. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verba especial à Santa Casa do Município de Paranavaí. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 78º aniversário de fundação do jornal "Diário dos Campos", do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Trabalho, encarecendo a revogação da Portaria nº 3.062, de 13/03/85. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada Mato Grosso, no trecho compreendido entre Curitiba e o Município de Campo Largo, passando pelo distrito de Ferraria. — durante a sua gestão. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do "Paraná Aqui Agora". da Tv Iguaçu. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a transformação do Posto do DETRAN do Município de Santa Helena em Circunscrição Regional do Trânsito, abrangendo em sua jurisdição os Municípios de Missal e São José. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio aos vigilantes bancários, vigias e transportadores de valores, pela sua justa reivindicação. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de

Guarutuba. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Belinati e Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando a formação de uma comissão especial, integrada por sete Srs. Deputados, para estudar e propor medidas visando a extensão dos benefícios das Leis n.ºs 7434 e 7637 aos inativos da Polícia Militar do Estado que deixaram o efetivo antes de 1981, os quais estão sendo discriminados nos proventos em relação aos soldados em atividade. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a realização de concurso para o magistério de 5.ª a 8.ª série e para professores de 2.º grau ainda este ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 53.º aniversário da Associação dos Servidores Públicos do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 214.º aniversário do Município de Guarutuba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo o asfaltamento da Rodovia Mato Grosso, que interliga os Municípios de Curitiba e Campo Largo, passando pelo distrito de Ferraria. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de uma Unidade Sanitária no Distrito de São Pedro do Florido, Município de Santo Antonio do Sudoeste. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência de rendas no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06 de maio, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 177/84.

(dispensado de Publicação)

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 213/84, 294/84, 303/84, 320/84.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 178/84, 330/84.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos n.ºs 168/84, 333/84.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO DO DIA 30 DE ABRIL DE 1985.

#### DECISÃO PARANAENSE SOBRE SEGREGO

Somos Estado que se esvai de múltiplas maneiras. Perdemos a uberdade do solo, devastamos muito mais nossa parca reserva florestal, sem que tenhamos a alocação de necessários recursos para reflorestar (os baianos obtém quase a mesma quantia que o Brasil sulino - PR, SC, RS - de conhecida tradição madeireira...); não conseguimos meios financeiros para implementar uma política de construção de casas ao

mesmo nível, por exemplo, que o Rio Grande do Sul, correm por entre nossos dedos os dinheiros de nossa poupança interna, tendo em vista que instituições financeiras de outros Estados aqui estabelecidas, aplicam percentuais ínfimos no Paraná do total que apuram entre nós. O desfile dessa realidade é tão imenso quanto triste, face à absoluta certeza de que não se levantou, em profundidade, todo esse esquema de drenagem de dinheiros paranaenses para outros Estados, afora — obviamente — a contribuição do nosso Estado em recursos tributários à União e o pouco que vem em retorno para a execução de políticas de educação, transportes, saneamento e assim por diante.

Nenhum político se deteve, ainda, no levantamento desse quadro. Nenhuma voz — repetimos — com autoridade e peso para decidir uma política de superação desses aspectos feriu fundo esse problema. Nenhuma instituição — insistimos — se deu ao trabalho, pacioso e profundo, de realizar análises sobre esse quadro.

De nossa parte, temos procurado exercitar uma linha de defesa dos verdadeiros problemas do Paraná, fixando, através de campanhas, pontos de luta como, agora, estamos fazendo em relação à construção da usina hidrelétrica de Salto Segredo. A tese é simples e suas conseqüências já as focalizamos em notas informativas, quer na ampliação do mercado de trabalho, geração de impostos, circulação de recursos nas veias de nossa economia. Desejamos que esse complexo construído por firmas paranaenses. Temos tecnologia para isto. Se devemos sofrer novas inundações represadas pela barragem a ser construída, que tenhamos, então e desde o início da obra, os benefícios diretos representadas por aquelas vantagens.

Cabe, portanto, à COPEL, que baixará, em breves dias, o edital convocatórios às empresas construtoras especializadas, a estruturação de itens de tal maneira que a usina venha a ser construída — qualquer que seja a firma — por empresas do Paraná. Essa política administrativa é perfilhada por outros Estados e nossas organizações de natureza privada tem arrostado com dificuldades, quando vão competir com firmas nascidas nas unidades da Federação onde os trabalhos vão ser realizados. O princípio da concorrência pública — um instituto democrático na realidade administrativa brasileira — não será atingido com violência. Nesse sentido, é preciso voltar a lembrar que os últimos governos paranaenses têm estabelecido, através de diplomas legais, condições de privilégio para as empresas do Paraná, quando participam de concorrências públicas no Estado. Não será difícil, portanto, que a COPEL construa, na realização do edital convocatório para a construção da usina de Salto Segredo, soluções que proporcionem nítida preferência para firmas paranaenses.

Acreditamos que essa linha política responde, também, a um dos itens de nossa permanente preocupação quanto à evasão que o Paraná assiste, de tantas múltiplas maneiras, de suas riquezas, poupanças, recursos de várias ordens. É preciso “paranaensizar” uma política econômica que se volte para o âmago dos nossos interesses, tantas têm sido, cotidianamente e ao longo dos anos, as fórmulas de sangria que vimos assistindo em relação ao nosso potencial. O capítulo de “Segredo” pode ser um Rubicão para o começo de uma tomada mais firme e abrangente de conseqüência sobre a necessidade de imposição de uma política de economia e de finanças que retenha, entre nós, o que temos e o que produzimos, para que desse produto — quanto mais possível — nos saiam usufruir em favor do verdadeiro desenvolvimento a partir de nossas reais potencialidades, e contribuirmos mais ainda para os interesses nacionais.